



Anais da Assembleia

Nº 105

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1991

ANO XVII

LEI Nº 9667

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Grandes Rios - AMORGRI", com sede em Grandes Rios.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE GRANDES RIOS - AMORGRI, com sede em Grandes Rios.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

LEI Nº 9668

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Juventude Ecológica do Paraná de Curitiba", com sede e foro na cidade de Curitiba.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Juventude Ecológica do Paraná de Curitiba", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(a) JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA
Secretário Especial de Assuntos do Meio Ambiente

LEI Nº 9669

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Orientação Profissional e Assistência Social - APAS" com sede e foro na cidade de Diamante do Norte.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Orientação Profissional e Assistência Social - APAS", com sede e foro na cidade de Diamante do Norte.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

LEI Nº 9670

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais dos Deficientes Físicos e Mentais - PADEFI", com sede no município de Colombo.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais dos Deficientes Físicos e Mentais - PADEFI", com sede no município de Colombo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

LEI Nº 9671

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Senador Flávio Carvalho Guimarães", situada na cidade de Ponta Grossa - Pr.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores da Vila Senador Flávio Carvalho Guimarães", situada na cidade de Ponta Grossa - Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
Secretário Especial da
Política Habitacional

LEI N° 9672

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste-Pr.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste - Pr.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI
Secretário Especial da
Política Habitacional

LEI N° 9673

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Projeto Shalom de Assistência Social e Educação", com sede e foro no município de Maringá.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o "Projeto Shalom de Assistência Social e Educação" com sede no município de Maringá.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e
da Ação Social

LEI N° 9674

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Amaporã", com sede e foro na cidade de Amaporã.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Amaporã", com sede e foro na cidade de Amaporã.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e
da Ação Social

LEI N° 9675

DATA: 22.08.91

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "Escola Universalista", com sede e foro nesta Capital.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO PARANÁ

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Escola Universalista", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 22 de agosto de 1991
(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Secretário de Estado do Trabalho e
da Ação Social

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 80ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1991.

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zarusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha,

Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, José Távares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano e Nilton César (02). Achando-se em licença os Senhores Deputados: Algaci Túlio, César Silvestri e Dirceu Manfrinato (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 75/91

Curitiba, 22.08.91

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 57.399.000,00 (cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros) ao orçamento vigente da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, para atender despesas com a elaboração de projetos no Instituto de Tecnologia do Paraná: Novos Produtos; Controle de Qualidade de Alimentos Dietéticos; Equipamento Computadorizado para Controle do Processo de Congelamento de Embrões Bovinos; Bomba de Calor Domiciliar; Suporte Básico para implantação do Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia e Purificação da Vacina Anti-Rábica Fuenzalida - Palácios Modificada e com a realização de curso de especialização em Engenharia de Materiais Metálicos na Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos no orçamento do próprio órgão - Gabinete do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico - Fundo de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná - FUNCITEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 57.399.000,00

SUPLEMENTAÇÃO		ANEXO I		FL. 01	
				Cr\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	L FT D R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO				
0908	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - ENTIDADES VINCULADAS				
2108	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA FUEPG	3211.03	00 R	14.000	0365
2165	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO TECPAR	3212.03	00 R	24.364	0365
		4140.00	00 R	19.035	0365
TOTAL				57.399	

CANCELAMENTO

A N E X O II

FL. 01

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO					
0907	GABINETE DO SECRETÁRIO ESPECIAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
1018	FUNDO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO PARANÁ - FUNCITEC	3132.00	00	R	50.399	0365
2084	AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	4130.00	00	R	7.000	0365
T O T A L					57.399	

SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O III

FL. 02

Cr\$ 1.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N. DO PROC. COP
1000	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS					
1032	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA					
2090	ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR EM PONTA GROSSA	3120.00	00	R	3.000	0365
		3132.00	00	R	11.000	0365
1035	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ - TECPAR					
2880	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS PARA PROGRAMAS NACIONAIS - CBT	3120.00	00	R	1.374	0365
		3132.00	00	R	1.300	0365
		4120.00	00	R	4.714	0365
2881	PESQUISAS TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS E CONTROLE DA QUALIDADE EM PRODUTOS QUÍMICOS E BIOLÓGICOS - CTQB	3120.00	00	R	5.056	0365
		3132.00	00	R	7.353	0365
		4120.00	00	R	6.056	0365
2882	PESQUISAS TECNOLÓGICAS, SERVIÇOS E CONTROLE DA QUALIDADE EM PRODUTOS INDUSTRIAIS - CTI	3120.00	00	R	661	0365
		3132.00	00	R	8.620	0365
		4120.00	00	R	8.265	0365
T O T A L					57.399	

(cinquenta e sete milhões, trezentos e noventa e nove mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, destinado à elaboração de projetos técnicos pelo Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e a realização do curso de especialização sobre Engenharia de Materiais Metálicos pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do orçamento do próprio órgão, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam alterados a programação orçamentária global do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR e o orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa aprovados pela Lei Estadual nº 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo III desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os nºs DTL/SAT/215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222 e 223/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

201/91 - De autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Grandes Rios - AMORGRI, com sede em Grandes Rios, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.667. Anote-se - Arquite-se.

209/91 - De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública, a Juventude Ecológica do Paraná de Curitiba, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.668. Anote-se - Arquite-se.

210/91 - De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Orientação Profissional e Assistência Social - APAS, com sede e foro na cidade de Diamante do Norte, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.669. Anote-se - Arquite-se.

152/91 - De autoria do Deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais dos Deficientes Físicos e Mentais - PADEFI, com sede no município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.670. Anote-se - Arquite-se.

204/91 - De autoria do Deputado Plauto

Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Moradores da Vila Senador Flávio Carvalho Guimarães, situada na Cidade de Ponta Grossa - Pr, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.671. Anote-se - Arquite-se.

212/91 - De autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Santo Antonio do Sudoeste - Pr, o qual convertido em Lei, tomou o nº 9.672. Anote-se - Arquite-se.

224/91 - De autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública, o Projeto Shalon de Assistência Social e Educação, com sede no Município de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.673. Anote-se - Arquite-se.

213/81 - De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Amaporã, com sede e foro na Cidade de Amaporã, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.674. Anote-se - Arquite-se.

211/91 - De autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Escola Universalista, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.675. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para apreciação do Projeto de Resolução nº 035/91, que autoriza a realização do Plebiscito no Distrito de Ourilândia a ser desmembrado do Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2128-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 344/91, de 15 de agosto de 1991 e que revoga a Lei nº 9283, de 05 de junho de 1991, criando o Município de Farol, desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO Nº 2146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente assina, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, Regime de Urgência para a votação do Projeto de Lei nº 153/91, de autoria do Signatário, que altera redação do art. 1º de Lei nº 9368, de 17 de dezembro de 1990 (Cria o Município de Quatro Pontes).

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Regime de Urgência e subsequente retirada da pauta da Ordem do Dia, pelo prazo de dez sessões, do Projeto de Lei nº 088/91, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão do Regime de Urgência e subsequente retirada da pauta da Ordem do Dia pelo prazo de vinte sessões, do Projeto de Resolução nº 039/91, constante da pauta da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamto: Geraldo Cartário, Orlando Pessuti e Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, Dispensa de Discussão e votação da Redação Final para os Projetos aprovados em 2ª Discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, autorização para uso do Plenarinho e do seu saguão como espaço de promoção conjunta da Fundação Cultural de Curitiba e do Instituto Alberto Pasqualini em memória da "Campanha da Legalidade", 30 anos depois.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO N° 2136-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, e tendo como base o Artigo 35, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUEREM a formação de Comissão Especial integrada por um representante de cada Bancada Partidária com assento nesta Casa, para interceder junto à Direção do Banco Bamerindus do Brasil S/A, para que sejam suspensas as demissões de funcionários daquela instituição bancária, que estão sendo demitidos diariamente, havendo informações de que seriam mais de cinco mil os atingidos pelo atual processo em curso.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(aa) DR. ROSINHA

ERNANI POUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O desemprego tem sido fator de preocupação e até de desespero para os trabalhadores brasileiros, principalmente após a implantação do Plano Collor.

É necessário que toda a sociedade brasileira se mobilize para tentar conter este mal.

O Sr. José Eduardo Vieira, Presidente licenciado do Banco Bamerindus, atualmente exercendo mandato de Senador da República pelo nosso Estado, em matéria assinada em seu informativo como Senador, distribuído aos paranaenses, diz textualmente: "O País está parado, o desemprego aumenta, o salário diminui, as condições de vida ficam piores, os brasileiros estão cada vez mais desanimados. Eu não concordo com isso..."

Por outro lado, vemos o Banco Bamerindus publicar em todos os jornais o seu balanço, e verifica-se que aquela instituição teve um lucro de 7,19 bilhões de cruzeiros, só no período de janeiro de 1991 até abril de 1991.

Parece claro que este Parlamento, preocupado com a repercussão destas demissões, deve tomar uma atitude de encontrar soluções para que cessem estas demissões, evitando o agravamento dos problemas sociais que estas demissões acarretam e contribuindo para que as consequências sejam as mínimas possíveis diante do atual quadro de aprofundamento da crise econômica por que passa o nosso País.

Esta Comissão teria a função de intermediar negociações entre os funcionários e a direção do Banco, tentando convencer a direção que o Banco não passa por uma situação difícil, muito pelo contrário, como se percebe no próprio balancete, e que é necessário se distribuir as consequências da atual crise econômica entre todos os setores da sociedade brasileira e não ape-

nas se carregando sempre um único setor da sociedade, que são sempre os que pagam a conta: os trabalhadores.

REQUERIMENTO N° 2139

Senhor Presidente.

Informo a Vossa Excelência, através do presente, que estou respondendo interinamente pela Liderança do PSDB, enquanto o Sr. Deputado Hermas Brandão estiver licenciado para tratar de interesses particulares.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, solicita envio de votos de congratulações pelo 2° aniversário do "Jornal de Londrina", ocorrido no último dia 31.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição se justifica diante do fato do Jornal de Londrina ser o segundo veículo de comunicação do Município, com uma linha editorial imparcial e voltado para as questões da cidade. Além do mais, trata-se de uma nova alternativa jornalística que nasce com o signo de um grupo de empresários e políticos que muito têm contribuído para o progresso e desenvolvimento do Município.

REQUERIMENTO N° 2140

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, após ouvido o Plenário, REQUE-REM moção de apoio à nota oficial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, emitida em 26 de agosto de 1991, a respeito das propostas de emenda à Constituição, formuladas pelo Poder Executivo Federal.

Requerem também, que do presente seja dada ciência ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e à sua Seção neste Estado, à Presidência e às lideranças das bancadas partidárias com assento na Câmara dos Deputados e do Senado Federal e à Presidência da República.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Merece louvor a análise lúcida e a posição firme do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, expressas na nota oficial emitida em 26.08.91, a respeito da intenção do Presidente da República de al-

teração da Constituição da República e do conjunto de propostas de emendas formuladas pelo Poder Executivo.

Neste sentido, propomos e esperamos ver aprovada a Moção de Apoio que ora levamos à deliberação do Plenário.

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, ouvido o Plenário, a concessão do apoio previsto no artigo 60, inciso III da Constituição da República, à proposta de emenda constitucional anexa que delimita a abrangência das Medidas Provisórias, objetivando viabilizar sua tramitação no Congresso Nacional, sob a forma de proposta das Assembléias Legislativas.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(aa) ERNANI PUDELL

DR. ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

REQUERIMENTO N° 2127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial para a Política Habitacional, objetivando a construção de vinte e cinco unidades de casas para a Municipalidade de Inácio Martins.

De iniciativa do Senhor Prefeito Pedro Ivo Gonçalves, o "déficit" habitacional é grande no município, em que pesem os esforços nesse sentido com a construção de muitas casas, porém não suficientes para atender a sempre crescente demanda.

Pelas razões expostas, que essa Pasta dê o respaldo esperado, dado ao inegável alcance social.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 2145

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Banco do Brasil S/A. na pessoa de seu Presidente Sr. Lafaiete Coutinho, apoiando as gestões do município de Pranchita-Pr. para que a Instituição instale uma agência naquela cidade.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Como resultado das medidas econômicas editadas pelo atual Governo Federal, a Sessão Externa do Banco do Brasil S/A -

Agência de Santo Antonio do Sudoeste foi desativada em Pranchita. De acordo com os estudos levados a efeito no período pré-fechamento da Sessão Externa, essa unidade apresentava movimento compatível com o de uma agência, justificando, quando menos, a manutenção do que já estava instalado. Com os novos estudos que estão sendo levados a efeito para minimizar os efeitos da medida antes tomada, cogita-se da reabertura de muitas delas; o que, a seu turno, justifica o interesse da Municipalidade, gerenciando junto à Presidência da Instituição para a abertura e instalação de uma agência do Banco do Brasil S/A. em Pranchita, o que consideramos absolutamente justo pela importância do Município na economia estadual, intimamente dependente do Banco do Brasil S/A. como principal agente repassador de recursos para a agricultura e pecuária.

REQUERIMENTO N° 2120

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Senhora Maria Trindade, esposa do Senhor Narciso D'aviz, ex-prefeito da cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, falecido no último dia 20 do corrente mês em trágico acidente rodoviário, quando viajava com sua esposa, de Santa Isabel do Ivaí com destino a Santa Cruz do Monte Castelo.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) ARLINDO TROIAN.

JUSTIFICATIVA:

Todo o Extremo-Noroeste do Estado do Paraná, recebeu chocado, a notícia do falecimento do Senhor Narciso D'aviz, ex-prefeito da cidade de Santa Cruz do Monte Castelo, que perdeu a vida em trágico acidente rodoviário, ocorrido por volta das 17:30 horas do último dia 20 do corrente mês, quando viajava em companhia de sua esposa, dona Maria Trindade, de Santa Isabel do Ivaí para Santa Cruz do Monte Castelo. Seu carro chocou-se com a trazeira de um trator, provocando-lhe morte instantânea, enquanto sua esposa sofreu ferimentos de grande gravidade exigindo seu internamento na UTI da Santa Casa de Paranaíba.

Seu corpo foi velado na Câmara Municipal, até as 10:00 horas, quando foi levado para Loanda, onde ficou na Loja Maçônica 6 de julho até a hora do seu sepultamento, que ocorreu logo após às 17:00 horas.

Narciso D'aviz nasceu em 19 de setembro de 1919 na cidade catarinense de Barra Velha. No dia 4 de outubro de 1954 transferiu residência para Loanda, exercendo a profissão de alfaiate. Foi casado em primeira núpcias com a primeira profes-

sora de Loanda, dona Maria da Glória D'aviz (já falecida), com quem teve vários filhos que lhe deram muitos netos. Dotado de profundo espírito filantrópico, o casal criou muitos filhos adotivos, sendo que houve um período em que eles abrigavam 14 crianças naquelas condições. Dentro de sua vida de homem caridoso e extremamente preocupado com os problemas dos menos favorecidos, foi um dos fundadores do Hospital Psiquiátrico e Albergue Noturno Nosso Lar, sempre atuando na direção dos mesmos, quer como presidente, quer ocupando outros cargos. Participou de todos os movimentos de caráter filantrópico de Loanda, principalmente naqueles estabelecimentos que ajudou a fundar. Sua vida pública estendeu-se também a política. Foi Vereador em Loanda por várias legislaturas, presidente da Câmara Municipal, Vice-Prefeito e, mais tarde, transferindo residência para Santa Cruz do Monte Castelo, elegeu-se prefeito para o período 73/76. Após seu mandato continuou naquela cidade, na condição de serventuário da justiça.

Era ligado a Maçonaria, atuando, inclusive, como Deputado na Assembleia Maçônica.

Ultimamente o Senhor Narciso D'aviz estava residindo na cidade de Santa Isabel do Ivaí, casado em segunda núpcias com dona Maria Trindade. Já aposentado, dedicava-se às atividades dentro do espiritismo, doutrina a que sempre esteve dedicado.

A morte de Narciso D'aviz é considerada uma lacuna aberta em toda a região, pois onde ele passou, deixou marcas profundas de sua personalidade, de sua bondade e sempre pronta disposição em estender suas mãos a quem quer que dele se aproximasse precisando de auxílio, ou de uma palavra de carinho e de amor. Narciso D'aviz deixou esta vida, mas permanecerá para sempre na lembrança daqueles que cultivaram sua amizade, e principalmente daquelas crianças, hoje pessoas adultas, que ele soube acolher no seio de seu lar como verdadeiros filhos.

REQUERIMENTO N° 2121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, encaminhando o Ofício n° 200/91AF da Prefeitura Municipal de Sarandi, solicitando viaturas e recursos para a ampliação da Delegacia de Polícia daquele Município.

Requer, ainda, o encaminhamento da cópia do Ofício n° 87/91 da Escola Estadual Olavo Bilac que reclamam e solicitam solução para os problemas que enfrentam, para que aquela Comunidade possa viver com

maior tranquilidade.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

O altíssimo índice de criminalidade verificado em nossos dias tem o seu exemplo mais contundente na situação vivida pela população de Sarandi.

Tem a justificar, o presente pedido, o fato de se tratar de um Município que conta hoje com 80 mil habitantes, sendo que os serviços de policiamento, por falta de recursos, deixam muito a desejar, sendo motivo de justas reclamações da população.

Outrossim, fazendo o presente encaminhamento, certos de poder contar com a compreensão e apoio das autoridades competentes.

REQUERIMENTO N° 2122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, objetivando que uma das dez unidades de Escolas Integradas do Projeto do Governo do Estado para este ano, seja construída em Sarandi.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Paulino Justus - Representante das Associações de Pais e Mestres de Estabelecimentos de Ensino de Sarandi - Rua S. Jordano, 422 Cep. 86985, - Sarandi/Pr.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com correspondência remetida (em anexo) pelos Presidentes das Associações de Pais e Mestres dos estabelecimentos de ensino da Rede Estadual e Municipal de Sarandi, a implantação deste projeto de escola de tempo integral em Sarandi é uma necessidade.

Podemos enumerar, entre outros, os seguintes fatos que nos levam a formular a presente solicitação:

1 - A Doação por parte da Prefeitura Municipal de um terreno com 18 mil metros quadrados.

2 - A explosão demográfica que o Município sofreu nos últimos anos.

3 - População de 80 mil habitantes.

4 - Maioria da população é de baixíssima renda familiar.

5 - Em sua maioria, a população trabalha em Maringá.

6 - O índice de menores delinquentes aumenta consideravelmente.

7 - O Município tem 6 mil estudantes de 1ª a 8ª séries.

Diante do exposto, a medida é, portanto, necessária e urgente, merecendo aten-

ção dos setores responsáveis do Estado.

REQUERIMENTO N° 2123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que uma das dez unidades de Escolas Integradas do Projeto do Governo do Estado, para este ano, seja construída em Sarandi.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente da Câmara Municipal de Sarandi - Vereador Carlos Birches Sebrían.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) JOÃO PREIS.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Câmara Municipal daquele município, a implantação deste projeto de escola de tempo integral em Sarandi, é uma necessidade. Uma escola de tempo integral, viria tirar das ruas um grande número de jovens adolescentes, que hoje estão expostos a todo tipo de sorte: ao vício, a prostituição e a delinquência.

Sarandi é um município com 8 anos de emancipação político-administrativa, que sofreu nestes 8 anos uma grande explosão demográfica: 80.000 habitantes; 26 mil eleitores.

Noventa por cento da população é operária e sua grande maioria trabalha em Maringá.

É uma cidade com muitos problemas de ordem social, pois 8 anos de administração política é muito pouco para se estruturar uma cidade de 80 mil habitantes.

Sarandi tem mais de 6 mil estudantes de 1ª a 8ª séries, o que facilita deduzir, a carência de salas de aula para tantos alunos.

Esse é um problema cuja solução depende da participação do Governo Estadual, tendo em vista ainda que a educação figura no programa de Governo, como prioridade.

Por outro lado, o atendimento a esta reivindicação virá de encontro aos anseios comunitários daquele município.

REQUERIMENTO N° 2129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, solicitando a realização de obras na Escola Estadual Tancredo Martins, localizada na municipalidade de Irati.

Trata-se da construção de uma casa para guardião, cuja a instalação é uma necessidade premente, considerando os frequentes arrombamentos com danos ao prédio referido educandário, sempre a criar um clima de insegurança aos seus mais de duzentos alunos que juntamente com o Presidente e Vice da APM Altevir de Lara Soares e Joel Pinto, pedem providências, conforme a documentação em anexo.

Diante do exposto, que sejam tomadas medidas cabíveis, em um prazo de tempo menor possível.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 2130

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de calçadas no terreno onde se encontra instalado o Colégio Estadual de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando estar a mesma com suas ruas e avenidas pavimentadas, em respeito as normas municipais em vigor e mesmo em respeito a população de Iporã, que venha a proceder como todos os proprietários de imóveis urbanos à construção das calçadas fronteiriças a seu imóvel, possibilitando-se assim à população um trânsito normal e livre em suas imediações.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade é que trago tal apreciação aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2131

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COPEL, solicitando a instalação de Clic-Urbano e Clic-Rural no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.08.91

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão apresentada, considerando os elevados benefícios advindos à economia do Município e ao bem-estar de sua população, principalmente as regiões de menor poder aquisitivo, essencialmente voltado aos agropecuários.

Por ser de ímpar importância o solicitado à comunidade é que trago tal apreciação

ção aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 2128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade da cessão de um aparelho de raio "X" para o Hospital da Caridade Dona Darcy Vargas, na municipalidade de Rebouças.

Sem fins lucrativos e mantido basicamente pela ação permanente e filantrópica dos seus moradores o mencionado hospital sempre está a necessitar de apoio, sobretudo devido ao grande trabalho médio que presta às pessoas de baixa-renda. Neste sentido é que se faz necessária a cessão de um aparelho de raio "X", a fim de que muitos exames, pela Previdência, possam ser realizados, como lembra o Presidente da entidade, Senhor Jaciel Molinari.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Dr. Benedito Lúcio de Souza, Delegado de Polícia da 5ª Delegacia Regional de Polícia de Colombo, solicitando:

1 - Já foram concluídas as investigações a respeito da morte do menor Márcio Torres Martins?

2 - Solicito cópia do processo.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Por ser contra a violência e defensor da vida. Por ser conhecido da vítima e reconhecendo nele a inocência é que solicito tais informações, pois desejo acompanhar de perto as apurações deste caso.

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado ao Diretor do Instituto Médico Legal Dr. José Cássio C. de Albuquerque, solicitando:

1 - O corpo do menor Márcio Torres Martins deu entrada no Instituto Médico Legal em que dia?

2 - Porque o mesmo foi enterrado como adulto indigente?

2.1. - Através de todos os exames médico-odontológicos não foi possível identificar a idade aproximada do mesmo?

3 - Solicito cópia de toda a documentação

tação do referido caso.

4 - Quantos corpos de menores de 18 anos deram entrada no Instituto Médico Legal no período de janeiro até agosto de 1991, e qual a causa mortis?

5 - Quantos menores foram atendidos no mesmo período para exame de lesões corporais?

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

É sabido de todos que hoje existe uma política, por parte de alguns setores da sociedade, de extermínio de menores. Por outro lado há também o acobertamento destes crimes por outra parte da sociedade. Ou o simples silêncio. Sabedores que somos da idoneidade do Instituto Médico Legal do Paraná é que solicitamos estas informações. Pois não fazemos parte daqueles que consentem e nem dos que calam, e como este é mais um caso de violência, devemos estudá-lo e se for o caso denunciá-lo.

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado pedido de informações ao Presidente da CELEPAR, Senhor Paulo Roberto de Melo Miranda, solicitando:

1 - Qual é o número, função e setores que estão lotados os funcionários da empresa?

2 - Qual a data das últimas contratações?

2.1. - Quantos foram contratados?

2.2. - Qual a função destes funcionários e qual o salário?

3 - Por lei e por acordo coletivo de trabalho, quais são os benefícios que os funcionários têm e qual a data de implantação?

4 - Quantos funcionários foram demitidos nos últimos doze meses e quais os motivos?

5 - Qual o reajuste salarial ocorrido durante o período de julho de 1990 a julho de 1991?

5.1. - Houve alguma categoria que recebeu reajuste diferenciado?

5.1.1. Se houve, por quê?

5.2. Solicito cópia da folha de pagamento da CELEPAR neste período.

6 - Qual a proposta de política salarial da CELEPAR?

7 - A empresa presta atendimento à saúde de seus trabalhadores?

7.1. Se sim, através de qual entidade?

7.2. Se por ambulatório próprio, solicito as seguintes informações?

a) Quantos profissionais e em quais funções a empresa tem funcionários contratados?

b) Qual o tipo de atendimento (ambula-

tório, programa de saúde do trabalhador, etc) e quais os horários destes profissionais?

8 - Quais os tipos de serviços realizados pela empresa?

8.1. Quais são os serviços contratados?

8.2. Quais são os serviços repassados para outras empresas, e quais são as empresas?

8.3. Porque a CELEPAR repassa estes serviços?

9 - Como ocorre o processo de licitação para a contratação de serviços?

10 - Qual o motivo da desistência por parte desta empresa em prestar serviços para o Tribunal Regional Eleitoral?

11 - Nos últimos doze meses a empresa ampliou o seu "Parque de Máquinas", ou seja, a sua capacidade de trabalho através da aquisição de novos computadores, impressoras, etc?

11.1. Se sim, o que foi adquirido, e a que preço?

11.2. Solicito cópia da licitação efetuada.

12. A CELEPAR mantém contrato com alguma empresa de vigilância, limpeza e conservação?

Se sim:

12.1. Qual (quais) é (são) a (s) empresa (s)?

12.2. Quantos são os funcionários destas empresas que trabalham na CELEPAR, e quais suas funções?

12.3. Solicito cópia de contrato e o comprovante do último pagamento.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no disposto no art. 55 da Constituição do Estado, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mário Pereira, solicitando as seguintes informações:

1 - Quais as obras previstas para a melhoria das condições da estrada que liga a BR-277 ao Distrito de São João do Oeste, município de Cascavel?

2 - Qual o cronograma de execução destas obras?

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A referida estrada está com os serviços de terraplenagem praticamente prontos e no momento os trabalhos estão paralisados, causando transtornos à população quando ocorrem chuvas.

Sendo assim, ao solicitarmos as infor-

mações acima, pedimos a retomada das obras, o mais urgente possível, pois a paralisação levará fatalmente à deteriorização dos recursos já investidos.

REQUERIMENTO N° 2144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, com base no disposto no artigo 55 da Constituição do Estado, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) Dr. Francisco Sibut Gomide, solicitando as seguintes informações:

1 - Qual o número de ligações residenciais no Estado?

2 - Qual o número de consumidores por domicílios?

3 - Qual o consumo médio mensal em KWH por ligações residenciais?

4 - Qual o número total de consumidores por faixa de consumo e qual o custo tarifário por faixa de consumo, mês a mês do corrente ano.

5 - Qual a arrecadação mensal da COPEL, discriminados o seguinte:

- arrecadação das ligações residenciais;

- arrecadação das ligações industriais e comerciais;

- arrecadação das ligações dos órgãos públicos.

6 - Quais os 100 (cem) maiores consumidores industriais e comerciais do Estado e o custo tarifário pago pelos mesmos, informando, também, o valor tarifário pago por nível de tensão em que estão ligadas?

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 2141

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas REQUEREM, após ouvido o Plenário, nos termos do disposto no art. 132, § 3°, II do Regimento Interno, a transcrição nos Anais deste Legislativo da nota oficial do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, de cópia anexa, sobre o conjunto das propostas de emendas à Constituição formuladas pelo Poder Executivo Federal.

Sala das Sessões. 28.08.91.

(a.a) ERNANI PUDELL,

DR. ROSINHA,

OVIDIO CONSTANTINO.

JUSTIFICATIVA:

A análise lúcida e a posição firme da Ordem dos Advogados do Brasil a respeito da intenção do Presidente da República de proceder intempestivas reformas constitucionais merecem registro neste Poder Le-

gislativo.

Instituição que tem pautado sua atuação na defesa da causa democrática e da cidadania, a OAB certamente verá ressoar em todos os rincões do País seu brado contra o arbítrio pretendido pelo atual presidente do Brasil.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 378/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É obrigatória a identificação dos passageiros em transporte rodoviário no Estado do Paraná, estando incluídas nesta Lei as empresas de transporte rodoviário que possuem linhas regulares e as agências de viagens ou turismo que operem excursões e/ou fretem ônibus a particulares.

Parágrafo Único - A exigência contida neste artigo se aplicará as linhas de transporte coletivo rodoviário determinadas pelo órgão competente da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Art. 2° - A identificação se dará no ato da compra da passagem ou do pacote turístico mediante apresentação de documento de identidade emitido por órgão público estadual ou federal.

§ 1° - Os dados do documento de identidade deverão ser anotados em formulário próprio, em 3 (três) vias, ficando a primeira com a empresa ou agência de turismo ou viagens, a segunda com a autoridade competente, e a terceira para ser utilizada na conferência quando do embarque do passageiro no ônibus, momento em que também será obrigatória a apresentação do documento de identidade correspondente.

§ 2° - A via utilizada para conferência seguirá com o ônibus até o seu destino final.

Art. 3° - A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná deverá regulamentar a presente lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, obedecendo os seguintes requisitos:

I - Será estabelecido o modelo do formulário e determinada a autoridade competente a qual deverá ser ele encaminhado imediatamente após ser preenchido pela empresa de transporte ou agência de turismo ou viagens.

II - Estabelecimento de multa a ser cobrada da empresa ou agência de turismo ou viagens que descumprir as determinações contidas nesta Lei.

Art. 4° - Os postos da polícia Rodoviária Estadual ficam incumbidos de fiscalizar o cumprimento desta lei, devendo a

razão social de seus infratores ser remetida imediatamente a autoridade competente, sujeitando-os as penalidades cabíveis.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.08.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A finalidade do presente projeto de lei é dificultar a ocorrência de assaltos a mão armada nos ônibus de transporte de passageiros nas rodovias paranaenses, bem como possibilitar um maior controle pelas autoridades competentes relativamente a possibilidade de deslocamento de marginais, de uma cidade a outra, tais como fugitivos de penitenciárias.

É do conhecimento de todos a crescente insegurança daqueles que se utilizam do ônibus como meio de transporte rodoviário para realizar suas viagens de negócios ou lazer.

Seria impossível evitarmos completamente este tipo de problema, no entanto, consideramos importante oficializar através de um procedimento que muitas empresas já adotam em caráter informal. Ao mesmo tempo em que fazemos isto, procuramos também impor maior rigor relativamente a efetiva realização do procedimento de identificação dos passageiros pelas empresas, sujeitando a multa aquelas que não o realizarem.

A entrega de uma das vias, preenchidas pela empresa quando do ato da compra da passagem à autoridade competente a ser determinada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, seria de fundamental importância para auxiliar no trabalho de repressão ao ilícito penal, além de constituir-se na interposição de mais uma barreira aos marginais, os quais teriam sua atividade criminosa dificultada.

A entrega de uma das vias, medida que estamos propondo é simples e eficaz. Trata-se de medida que acima de tudo visa prevenir a ocorrência de assaltos, mas que, no caso de consumação do ilícito, seria importante auxílio na busca de pistas para chegar-se aos marginais, permitindo também a rápida e fácil identificação dos passageiros em casos de acidentes.

Certos de que nossa proposta será analisada com a devida atenção, confiamos poder contar com o apoio dos nobres colegas.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Os últimos acontecimentos que envolvem o Governador Requião, Max Rosenmann, Toni Garcia e Quêrcia, têm-nos deixado preocupado e fazendo indagações sobre o posicionamento do Governador do Estado.

O Governador do Estado, que até o dia anterior viajava de avião com o empresário Toni Garcia para ir gravar o programa do Jô Soares em São Paulo e no outro dia chega no Paraná e envolve o empresário Toni Garcia num caso de corrupção. Quando todos nós sabemos que o Deputado Federal Max Rosenmann era um homem que tinha trânsito no Governo Federal e estava se propondo a ajudar o Governador Requião, o homem vem e faz as acusações que fez em cima do Deputado Federal Max Rosenmann.

E eu queria, aqui, fazer uma indagação à postura do PFL, nesta Casa, que uma semana antes fez um grande cerimonial para receber o Deputado Max Rosenmann no PFL. E eu vejo este Partido, o PFL, alguns Deputados que apoiaram a entrada do Deputado Max Rosenmann no PFL, apoiando o Governador Roberto Requião. Os mesmos, com raras exceções, que aplaudiram a entrada do Deputado Max Rosenmann, hoje não se levantam contra o Governador Requião, que novamente ameaçando pessoas que nós não poderíamos julgar desta maneira.

Eu gostaria que os Deputados do PFL também se posicionassem e tivessem a coragem de dizer ao Governador que ele agrediu um Deputado Federal que estava trabalhando em favor do Paraná.

Eu até tenho feito esta pergunta e o nobre Presidente desta Casa não está presente, mas eu queria fazer esta pergunta ao Presidente, que lançou a pecha, queria pedir ao Presidente, será que o espírito da "Maria Louca" não está descendo, novamente, no Paraná?

A mentira se institucionalizou no Paraná. A prova está aí, Senhores. O caso Ferreirinha, a maior vergonha da política brasileira. O caso dos irmãos Bállico, que seqüestraram, que agiram contra a lei e que o Governador apoiou e aí montou-se aquela farsa lá em Nova Aurora, aonde nós víamos o delegado de polícia praticamente sendo o advogado de defesa daqueles que invadiram, que seqüestraram, que agiram contra a lei. Mas, como eram amigos do imperador, nada aconteceu. Aqui no Paraná, sendo amigo do imperador, nada acontece.

Aí, provando-se que a mentira está aqui, implantada no Paraná, nós poderíamos acrescentar mais alguns itens: os programas lançados pelo Governador do Paraná. A Água Limpa, a Panela Cheia ou a Paz na Terra. Aonde estão estes programas, Senhores?

Faço aqui uma pergunta aos Deputados desta Casa: já passaram em alguma agência do BANESTADO para ver se tem o dinheiro do

programa denominado "Panela Cheia"? Algum Deputado viu alguma atitude deste Governo, que pudesse trazer "Paz na Terra"? A não ser um apadrinhado, lá de Londrina, que eu inocentemente me iludi, achando que a atitude do Governador teria sido correta, e o Governador, porque talvez esse fosse compadre e amigo do imperador, foi em Londrina e fez tudo aquilo que a imprensa mostrou pela metade. E os outros casos de invasão que tem no Paraná? Será que não seria o momento do Governador do Paraná tomar uma atitude diferente do que aquela de Londrina? E começar a trabalhar, em vez de gastar o dinheiro do povo, da forma com que está se gastando, lançando programas que não existem na ordem do dia, aqui no Paraná?

Outro caso absurdo que nós já falamos diversas vezes, para se provar, e precisamos de alguém que fosse aliado a esse Governador, para que ele fizesse um exame de consciência das atitudes que tem tomado, depois que assumiu o Governo deste Estado, ele gastou bilhões de cruzeiros na briga do BAMERINDUS com o BANESTADO, e quem está dando lucro é o BAMERINDUS, o BANESTADO está dando prejuízo! Será que não seria o momento do Governador do Estado pedir desculpas ao Paraná e mandar o incompetente do BANESTADO fazer um curso num banco que dá lucro para dar lucro aos acionistas e ao povo do Paraná? Empunhar a bandeira do Paraná é fazer o BANESTADO dar lucro! Empunhar a bandeira do Paraná é implantar programas no Paraná e fazer com que estes programas tenham o seu objetivo e não simplesmente na mídia gastar toda a fortuna que se gasta!

Mas fiz este pronunciamento até para chamar a atenção dos Senhores Deputados, porque o Governador ontem, nas suas andanças, porque alguém deve estar no Governo, aqueles que gostam de estar pendurados no Governador devem estar aplaudindo o Governador e em nenhum momento disseram a este Governador que está na hora dele repensar as suas atitudes. O Governador ontem deu uma entrevista à T.V., o programa se denomina "Sem Censura", e novamente, como é de costume do Governador, ele abriu a boca vem besteira!. E aí o Governador disse, com todas as letras possíveis que o povo não devia votar em Deputado, porque o Deputado ganha uma fortuna. E eu hoje, depois de ouvir o programa "Sem Censura", vim a esta Casa fazer um levantamento, para ver se esse Governador, quando Deputado desta Casa, qual era a sua atitude com seu salário. Quero que os Deputados aqui comparem comigo: - no tempo em que o Governador era Deputado, nesta Casa, um Deputado ganhava o equivalente mensal que dava para comprar um Gol zero. Hoje, o preço de um Gol é de Cr\$ 4.100.000,00!

O que significa isso? Que o Deputado Requião, na época, ganhava três vezes mais do que ganham os atuais Deputados! E aí eu pergunto aos Senhores, por que aquele Deputado denominado Roberto Requião não pediu para não receber o seu salário? Por que aquele Deputado que naquela época ganhava três vezes mais não entrou com um projeto ou alguma coisa que fizesse que ele recebesse um pouco menos de salário? Não, quando ele era Deputado, ele simplesmente se calou nesta Casa, recebeu os polpudos salários da época, comparado com o atual, e agora que ele não é mais Deputado ele sai pelo Brasil, pregando como se ele fosse o homem que simboliza a honestidade!

Faço este pronunciamento para mostrar ao Paraná que só se pode enganar por pouco tempo, mas por muito tempo não vai enganar a todos! O Paraná vai conhecer este homem a fundo! Um homem que procura denegrir o Poder Legislativo de todo o Brasil. Por quê? Ele está acostumado Senhor Líder do PMDB, quando ele manda um projeto para esta Casa, não tem um projeto do Governo do Estado que não venha para esta Casa em Regime de Urgência, porque é um Governo sem programa, é um Governo que não tem definição de trabalho, é um Governo que não prevê qual é a ação que ele deve ter daqui a quinze dias dentro do Governo; aí sim, vêm os projetos para esta Casa, todos em regime de urgência. Aí está mais uma amostra da incompetência desse Governo. E eu queria pedir aos Deputados desta Casa: "E nós vamos ficar aqui calados, nós vamos aqui admitir as atitudes desse Governador, os senhores concordam com a posição deste homem que ontem...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A partir deste momento o Deputado está usando o Horário da Liderança.

O SR. VALDIR ROSSONI - Obrigado. Eu queria pedir aos Deputados: "Os Senhores vão concordar com a atitude do atual Governador, que ontem agrediu esta Casa, que pediu à população que não se votasse em Deputado?" Por que é o que eu disse desde o começo, que comecei o meu trabalho, apesar da minha pouca experiência, ele é um verdadeiro imperador e deve ter um bando de subordinados a esse imperador que todo dia, seja ele o erro do tamanho que for, estão aplaudindo este imperador e dizendo: "O senhor é o melhor, o senhor é o maior, o senhor tudo o que fala é verdade".

O Sr. Nelson Justus - Eu vou me permitir usar do aparte, até porque Vossa Excelência está usando o horário destinado ao PRN, como o horário é pouco, eu peço licença a Vossa Excelência para contar uma história que um grande amigo outro dia me

contou. É a história de que numa grande floresta viviam entre outros animais uma tartaruga e um escorpião. E ocorreu nesta floresta um grande incêndio, dizimando toda a população. No entanto, quase agonizantes, sobreviveram a tartaruga e o escorpião. Numa tentativa desesperada para se salvarem, a tartaruga se dirigiu a um riacho para atravessá-lo e assim ficar salva do incêndio, quando então ela foi interpelada pelo escorpião, que suplicou: "Tartaruguinha, deixa que eu atravesse o riacho em cima do seu casco senão vou morrer queimado?". A tartaruga assustada, respondeu: "Não escorpião, você morde, e eu serei mais uma vítima do seu veneno". "Como tartaruguinha, jamais eu vou morder você, com a sua ajuda você salvará a minha vida". As palavras convincentes e melosas do escorpião sensibilizaram a tartaruga, que docilmente deixou o escorpião montar em seu dorso e a salvo o transportou para o outro lado do riacho. Quando se sentiu a salvo, o escorpião imediatamente feriu mortalmente a pequena tartaruga. "Escorpião, eu salvei a sua vida e você me mordeu, eu vou morrer!". Ao que respondeu cínicamente o venenoso escorpião: "Tartaruga, eu não tenho culpa, eu sou o escorpião".

Nós temos visto aqui neste cenário grandioso do nosso Estado, forrados de campos verdes e produtivos, de uma cultura acima da média, alguns incêndios, muitas vezes provocados por sentimentos egoístas e megalomaniacos. Não sei porque lembrei-me agora desta história e até da última campanha do Governo. Se compararmos os homens aos animais e aos insetos, quem sabe poderemos fazer, de certa forma, uma analogia entre eles, uma comparação. Alguns podem ser caracterizados por leões, outros por cobras, raposas, gatos, veados e assim por diante.

Diante dos últimos acontecimentos políticos em nosso Estado, também caracterizei alguns políticos nossos. Uns, a uma tartaruguinha e outro, ao escorpião. Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI - E aí comparando o seu escorpião, poderíamos dizer que quando o Requião usou o chapéu do José Eduardo quem seria a tartaruguinha e quem seria o escorpião. Quando o Requião na semana passada, um dia antes, usou o avião do Toni Garcia para ir a São Paulo, quem seria a tartaruguinha, quem seria o escorpião?

Estas perguntas faço às pessoas que estão o dia inteiro ao redor do Governador. Será que não chegou o momento de mandar este Governador governar o Paraná? Largar mão de falar besteiras pelo Brasil? Porque até o momento está achando que está

fazendo sucesso. Mas o que está ocorrendo é que a partir do exato momento não sabemos mais se esta denúncia que fez por último, contra o Max e contra o Toni Garcia, se é verdade ou se é mentira. Se é o Deputado, o Toni ou o Governador que está mentindo. Porque o assunto parou no ar. E para quem julga a todos da forma como o Requião julga, também me deixa aqui a dúvida que este homem realmente precisa de uma correção. E acho, companheiros Deputados, principalmente os aliados, e os Deputados do PFL, que devemos nos posicionar contra a maneira como ele tratou o Deputado Federal Max Rosenmann, porque não é possível que os Senhores continuem dizendo amém a este Governador que trata os Deputados do Paraná desta forma.

Ontem à noite assisti indignado àquele programa. O homem parece que quando chega na frente do entrevistador, quando chega na frente de uma televisão, se ele não fizer o que fez em todas as vezes que agiu desta maneira, ele realmente fica arrasado.

O Sr. José Tavares - Concede-me um aparte?

O SR. VALDIR ROSSONI - Só gostaria de lembrar ao Deputado Tavares que estou quase no final do meu horário.

O Sr. José Tavares - Serei breve.
(Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência. Estou acompanhando, como a Casa toda, com muita atenção o seu pronunciamento. Vossa Excelência discorreu sobre vários assuntos. Tive oportunidade de rapidamente anotar dois...

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas gostaria que o Senhor analisasse o que o Governador, - se eu pudesse fazer um pedido pela liberdade que tenho com Vossa Excelência, que o Senhor discorresse sobre o que ele falou dos salários dos Deputados comparando com o salário dele que era três vezes maior do que os nossos atuais.

O Sr. José Tavares - Perfeito, nobre Líder. Um dos assuntos que Vossa Excelência trata, e é a segunda vez que vem à tribuna cuidar do mesmo, é com relação ao caso dos irmãos Bállico. Vossa Excelência diz que sendo amigo do Governador nada acontece. Ora, eminente Líder, Vossa Excelência sabe que a coisa não é bem assim. O caso de Nova Aurora foi devidamente cuidado pelas autoridades competentes. A Polícia Civil do Paraná, que é a Polícia Judiciária do nosso Estado, nos termos da Constituição, instaurou o inquérito policial. Nós temos, além do inquérito, o acompanhamento do Ministério Público e

Vossa Excelência não pode, de maneira alguma, ignorar este fato quando diz que nada acontece. Está sendo o inquérito concluído, o inquérito está sendo acompanhado pelo Ministério Público e somente depois da justiça analisá-lo é que nós poderemos dizer se nada acontece ou não.

O segundo caso, Vossa Excelência agora no final praticamente, apela para o Governador Roberto Requião governar o Paraná. Isto é uma outra injustiça! Sexta-feira o Governador instalou o Governo itinerante na minha terra natal, em Bela Vista do Paraíso, onde vinte e oito municípios estiveram presentes e todos eles saíram com atendimento no setor de segurança pública, no setor habitacional, no setor da agricultura, no setor de reformas e ampliação de salas de aula.

Então, nobre Líder, me perdoe, dentre os inúmeros assuntos que Vossa Excelência colocou, esses dois mereciam da minha parte esses repassos.

Quanto à questão do programa eu confesso que não vi, eu não assisti, mas eu tenho a impressão que Vossa Excelência deve ter feito alguma confusão. O Governador Roberto Requião, quando se refere ao Parlamento, se refere aos maus políticos, aos maus parlamentares; a estes sim, ele tem se colocado no sentido de que o povo não mais os reelejam. E eu também me coloco nesta direção: os maus parlamentares, Vereadores, Deputados, Prefeitos, Governadores, Presidentes da República que não honram o mandato, que não cumprem os seus compromissos também não merecem, realmente, ser reconduzidos pela população.

Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. VALDIR ROSSONI - Eu fiz este discurso para tentar sensibilizar Vossa Excelência para que o Senhor leve ao Governador que, quando ele generaliza, ele comete injustiças. E quando ele falou ontem à noite ele se esqueceu de dizer que existem os bons e os maus Deputados aqui no Paraná. Só fiz este pronunciamento por este motivo.

Agradeço o seu aparte, mas peço aos aliados do Governo que sentem e tenham a coragem de enfrentar o "imperador" porque chegou o momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

(Lê):

"Eu não sei se é a corrupção que se alastra num ritmo galopante corroendo as entranhas da nação ou se ela continua grassando como antes, só que cada vez mais

do conhecimento público.

Seja por uma ou por outra razão, o fato é que o País assiste estarrecido à onda de denúncias de descalabros, de assaques contra o patrimônio do povo, de dilapidação do erário, da volúpia insana dos que deveriam defender intransigentemente a reta moral e a integridade dos costumes.

O Estado Novo começou a cair quando o fedor dos porões começou a ser sentido pelo povo. Fedor da mesma enojante intensidade agride agora nossos olfatos, embrulhando-nos os estômagos, fazendo-nos até sentir, os brasileiros, vergonha de sermos honestos.

Vemos agora, perplexos, a denúncia sobre a tentativa de extorsão contra o erário paranaense, a vergonhosa manobra para cobrar taxa de intermediação em operação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal para obras de saneamento no Paraná.

Com o maior desprazer fala-se até em concorrência entre intermediadores, uns pretendendo seis, outros doze e até mais de vinte por cento para, usando tráfico de influência junto à potestades da República viabilizar recursos federais para o Paraná.

Preocupa o fato de o escândalo demorar para vir à tona, já que as negociações para concretizar o financiamento se arrastavam por longo tempo. Somente na semana passada o Governador Roberto Requião revelava que estavam querendo comissão para assegurar que a Caixa Econômica Federal aprovasse o empréstimo, fazendo uma brincadeira com números do jogo do bicho, como se o caso fosse para brincadeiras. O Governador do Paraná, deveria já na primeira hora, certo de que se tramava uma maracutaia, ter não só denunciado a trapaga como dado nomes aos bois. Não o fez. Quem nominou os participantes da tentativa de extorsão foi o porta-voz da Presidência, logicamente não envolvendo as ligações palacianas.

O escândalo veio à tona, acusando-se o Deputado Federal Max Rosemann e o ex-candidato ao senado Tony Garcia de tentarem amealhar 10 milhões de dólares para viabilizar um empréstimo de oitenta milhões de dólares, acusação que, se infundada, constitui um crime contra a carreira política do Deputado Max Rosemann, ao destituir sua imagem de político acaustero e homem público de inegável liderança.

O Governador Roberto Requião pôs-se na situação do marido traído, o último a saber. Afinal não tem ele privado desde o início do governo da companhia do senhor Tony Garcia? Levado à intimidade palaciana por influentes homens do governo?

Mas é o senhor Tony Garcia que genero-

samente coloca à disposição do governo seu avião para os periplos do Senhor Roberto Requião por esse País afóra? Não foi o senhor Tony Garcia quem abriu as portas do palácio para que Attalas fossem negociar com Requião um acerto de contas para as dívidas do grupo junto ao BADEP e ao BANESEADO? Nossa inteligência não permite aceitar que não tenha havido antes uma costura, alguma espécie de entendimento preliminar para que os Attalas fossem ao Palácio propor pagar apenas 20 milhões de um débito de trezentos milhões de dólares.

A propósito, para não se dizer que fazemos aqui uma oposição raivosa, peço a complacência dos meus nobres pares para ler os termos de um volante que está circulando nos corredores dos gabinetes desta Casa e, com certeza no Paraná, sobre as ligações do senhor Tony Garcia com o Palácio Iguazu; volante aparentemente produzido por gente do próprio PMDB.

Escutem só. Circula pelos corredores desta Casa e pelo Palácio o seguinte volante.

UM OPORTUNISTA NO PALÁCIO.

"Transita no Palácio Iguazu com muita desenvoltura, o cidadão Tony Garcia. Usa as salas, os telefones, marca audiências que os Deputados do PMDB não conseguem com a facilidade que os secretários não têm. Adentrou o governo do PMDB logo após nossa sensacional vitória nas eleições, em que pese o fato de sempre ter estado do outro lado. Lutando por eles, contra nós sempre, do primeiro ao último minuto, ficou com eles até apurarem a última urna, depois rapidamente veio aderir com a desfaçatez característica dos homens sem passado, sem bandeira e sem posições políticas. A posição típica dos oportunistas, ou melhor e mais grave, dos negociatas. Está tentando entrar na vida pública para fazer negócios, só negócios. E já começou, trouxe a peso de ouro (100 mil dólares) o Sr. Attala tentar um acordo com Governador que seria lesivo para os cofres do Paraná. Attala saiu da entrevista no Palácio dizendo que só deve 20 milhões de dólares, na realidade deve 300 milhões. Nas fotos Tony Garcia, moreno e sorrindo apoiava o falcatruzeiro Attala. Garcia avança nos empreiteiros e se diz representante do famoso PC, o Paulo César do Collor, com quem diz privar e com quem abrirá as portas da Caixa Econômica Federal pela módica participação de 13% no total das verbas liberadas. Diz, e aí é grave, que atua em nome de Roberto Requião e está arrecadando para sua caixa política. No momento trabalha para liberar verbas para a C. R. Almeida e outras empreiteiras de menor porte.

Garcia também está atuando no setor de transporte coletivo interestadual, promete linhas novas por módicas quantias men-

saís e prepara um pacote de vendas de graneleiros para modernizar o Porto de Paranaguá de 10 milhões de dólares. Não brinca em serviço. Coloca seu poderoso jatinho à disposição do Governador 24 horas por dia. Assim Tony Garcia já é o candidato a prefeito de Curitiba com o apoio do Palácio. Compromete o Governador Roberto Requião, homem honesto, sério e sem máculas na sua vida pública. Passa por cima do PMDB de Curitiba e avança sobre os que o derrotaram nas eleições 1990. Em nome do que e de quem Tony Garcia está no Palácio? Com autorização de quem faz negócios no Governo? Quem sustenta este aventureiro, negociata que dá entrevistas em jornais, emite opiniões e ameaça empresários?

Está na hora de definir quem são os verdadeiros homens do Governador e quem está blefando".

Até quando? Que País temos? Que tempos vivemos? Quando em meio a tanta escassez até a transparência fica meio embaçada, ou totalmente obliterada.

Os fatos são graves. A aura de santidade do Catão das Araucárias fica arranhada se não forem ampla e totalmente esclarecidos os fatos. Por isso, em nome da mais absoluta transparência, dirijo desta tribuna requerimento à Comissão de Fiscalização da Assembleia para que convoque os Senhores Governador Roberto Requião, Deputado Federal Max Rosemann, empresário Tony Garcia, secretário da Fazenda e o Presidente da SANEPAR para ouvir deles os esclarecimentos que ajudem a apurar com toda a profundidade essa maracutaia que se urdia contra os interesses do povo paranaense. E que se convoque também o secretário de Comunicação Social, Fábio Campana, para esclarecer as suas ligações com o senhor Tony Garcia, já que ele teria sido o canal de aproximação entre o Governador Roberto Requião e o senhor Tony Garcia, cujo papel de lobista já tinha sido denunciado pelo jornalista Roberto Barroso Filho, em editorial dia 21 de junho do Jornal do Estado.

A coisa pública não deve ser tratada como coisa nostra. A ninguém é dado o direito de se valer do erário para se locupletar pois quando essa conduta vira norma estamos diante do caos.

Praza aos céus que estejamos todos enganados. Que tudo não passa de intriga urdida para fritar mais um membro do alto escalão da República. Digo isso pelo fato de que, por coincidência, há poucos dias o Ministro Alcení Guerra não mediu elogios à conduta e capacidade do Deputado Max Rosemann, quando deixando o PRN ingressava no PFL.

Coincidência é que tanto Max quanto Tony aspiram à Prefeitura de Curitiba. Praza aos céus, portanto que tudo não pas-

se de politicagem, que nada há ou houve de uma tentativa de esbulho, que são apenas forças políticas se degladiando por espaço político. Será triste o espetáculo, mas o patrimônio público estaria a salvo e o povo não seria tão achincalhado.

Esta Assembléia tem o dever de contribuir para que esses fatos sejam inteiramente esclarecidos, e se culpa há que os culpados sejam exemplamente punidos, não importa se são alinhados com essas ou aquelas forças políticas em luta pelo poder.

Além do requerimento verbal que acabo de fazer, na sequência estarei encaminhando requerimento por escrito para que a Comissão de Fiscalização, se assim deliberar, convoque as pessoas mencionadas.

Senhor Presidente, eu passo a usar o horário da Liderança do PT.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acho que a Assembléia Legislativa não pode ficar alheia ao que acontece pelo Brasil. O Governador Roberto Requião, ele sai daqui do Paraná, ele vai a São Paulo, ele vai a Brasília, vai ao Rio de Janeiro e chega lá e acha que é o dono da bola do Brasil. Ele avacalha com o Legislativo, ele avacalha com o nome de pessoas, incosequente, ele esbulha a classe política paranaense. Então, eu acho que chegou a hora de mostrar para o Governador que não se deve promover besterol pelo Brasil e colocar numa situação ridícula toda a classe política do Paraná. A convocação do Senhor Governador, acima de tudo, na Comissão de Fiscalização, é para fazê-lo esclarecer as denúncias, por que é muito fácil chegar e achincalhar e promover denúncias vazias. Então, para dar um basta nesta palhaçada que o Requião promove em nome do Paraná, que se convoque o homem, que a Comissão de Fiscalização faça juz àquilo que a Constituição lhe outorga, que é acima de tudo fiscalizar os atos do Governo. Requião deve respostas à Assembléia, deve respostas a todos os Deputados, independentemente da Situação ou da Oposição. Nós não podemos ficar assistindo à banda passar. Nós não podemos ficar à mercê do ridículo que o Governador Roberto Requião promove pelo Brasil. Eu solicito da Comissão de Fiscalização que promova o quanto antes um convite a esses cidadãos que eu mencionei no meu discurso.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um registro na data de ontem, na qual há 30 anos atrás o Governador Leonel Brizola do Rio Grande do Sul de então, iniciava a

campanha da legalidade para que o Vice-Presidente da República João Goulart, assumisse o cargo maior deste País de Presidente da República.

Faço este registro porque na ocasião, como estudante da Cidade de Carasinho, no Rio Grande do Sul, terra natal de Brizola, tivemos a oportunidade de testemunhar o movimento que se iniciou naquele Estado, através da "Rede da Legalidade", coordenada pela Rádio Guaíba, a mobilização popular para que a Constituição do Brasil fosse respeitada e o seu Vice-Presidente da República assumisse o poder.

Como testemunha daquele movimento popular em defesa da Constituição Brasileira, quero registrar hoje nesta Assembléia Legislativa do Paraná as palavras do nosso líder maior, Leonel Brizola que, fazendo a reedição da "Rede da Legalidade", assim se expressou no dia de ontem: "O Governador Leonel Brizola previu, ontem, que assim como ocorreu a queda do muro de Berlim e a revolução democrática da União Soviética, também vai cair este modelo caracterizado de economia, este capitalismo selvagem, na América Latina. Não temos economia de mercado, e sim tessitura de cartéis controlando a economia. Este modelo vai ruir, sob o signo da liberdade e da democracia, pacificamente, como ocorreu na queda do muro de Berlim".

"No pronunciamento feito no mesmo local, no porão do Palácio Piratini, em que levantou o País para garantir a posse de João Goulart na Presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, Brizola disse que sua luta daqui para frente, depois de tantos anos de atividade política, será neste sentido: 'derrubar esse emaranhado de regras que favorecem elites e cartéis e impedem o desenvolvimento do País'".

"Condenou Brizola o regime de 64, como um regime monstruoso, que endividou a Nação e obrigou depois, a todos, pagar de maneira dramática as contas nacionais, comprometendo a independência e o nosso desenvolvimento econômico".

"Brizola disse ontem que vai analisar o que a Imprensa vai divulgar sobre as comemorações de hoje, criticando os amplos espaços dados ao episódio da renúncia de Jânio Quadros, 'como que se desobrigando de divulgar o episódio da legalidade, que foi um marco de resistência democrático contra o golpe militar'".

"Brizola denunciou o massacre de milhares de crianças assassinadas diariamente no Brasil, num sistema monstruoso de seqüestrar e matar, em vez de seguir os trâmites legais de investigar, deter, processar e julgar. Em vez de se combater es-

ta situação dos meninos de rua com amor e educação, se faz este massacre nos grandes centros urbanos, como no Rio, São Paulo, Bahia e outras Capitais. Só nos últimos quatro anos, no Governo que me antecedeu, no Rio de Janeiro, foram mais de 30 mil crianças que caíram sob as balas assassinas".

"Por isso, também, ao ressaltar que sua preocupação será sempre com a educação e com as crianças, que é a prioridade maior do nosso partido, Brizola diz que é preciso um equilíbrio para governabilidade, atendendo aos mais necessitados e uma distribuição mais harmônica das verbas públicas".

Nós queremos registrar as palavras do Governador Brizola, porque sua luta de trinta anos atrás, ainda continua e nós, como membros do PDT, queremos que suas palavras, que fazem parte do programa do nosso partido, fiquem registradas nesta data, que, depois de trinta anos, se comemora em defesa da democracia neste País. Criticou o mundo colorido e de brilho, mostrado pela televisão, um mundo que não é dos brasileiros. O atual sistema econômico chegou à exaustão e aqui na América Latina ocorrerá o mesmo que aconteceu no mundo comunista e ruirá este sistema de exploração e de capitalismo selvagem.

Ao fazer registro das palavras de Brizola no dia de ontem, nós queremos aqui desta tribuna, dizer que esse País que está numa crise econômica, social e política, que procura um caminho para que os brasileiros tenham uma vida digna, nunca mais registre tentativas de golpe contra a democracia, mas que o povo brasileiro possa sempre participar das decisões e possa cobrar dos seus governantes, a transparência e o trabalho a serviço desse povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os juros explodiram no país, chegando a 1.000% ao ano. O dólar, no mercado paralelo, chega a quatrocentos e quarenta. A inflação prevista para o mês de agosto, gira em torno de 15%, com reflexos imediatos no custo de vida e com reflexos danosos, maldosos e impiedosos sobre a classe do funcionalismo público do Paraná.

Ontem nesta Casa e nesta mesma tribuna, o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado leu um Manifesto do seu partido, o PSDB, clamando por melhores salários e chamando à responsabilidade, o Governador do Estado, com relação aos vencimentos do funcio-

nalismo público. O Partido Trabalhista Brasileiro não podia ficar atrás e pela sua Liderança, vem apoiar integralmente aquele documento, porque não é possível mais submeter a essa camisa de força impiedosa, o funcionalismo público do Estado, porque se o custo de vida sobe a cada mês, a inflação vai subindo gradativamente, a iniciativa privada indexa, porque, praticamente, os salários estão indexados na iniciativa privada. Mensalmente há um reajuste, por pequeno que seja, há um reajuste. A Prefeitura de Curitiba, através do Prefeito Jaime Lerner, mensalmente indexa também os salários do funcionalismo público municipal e o funcionalismo do Estado, há muitos e muitos meses, está penando e sofrendo com os mesmos vencimentos. Também os funcionários da Assembleia Legislativa do Estado.

Eu acho que o Senhor Presidente desta Casa deveria, num ato de coragem e independência, reajustar ou pelo menos, minorar o sofrimento por que passam os funcionários públicos da Assembleia Legislativa.

Nós sabemos das dificuldades do Tesouro Estadual. Nós temos acompanhado as explicações que o Governador oferece à sociedade paranaense, mas nós também precisamos não esquecer de um detalhe: os preços sobem diariamente e a arrecadação também tem que subir diariamente, porque a arrecadação é percentual sobre os preços cobrados do consumidor. Então eu acho que essa justificativa de dizer que não há arrecadação, peca pela base, porque se um quilo de feijão custa neste mês Cr\$ 300,00, o ICMS incide 17% sobre Cr\$ 300,00, no mês seguinte, passa para Cr\$ 350,00, a incidência do ICMS é sobre Cr\$ 350,00, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação do Estado.

Portanto, faço um apelo aqui ao nobre Líder do Governo nesta Casa, Deputado Orlando Pessuti, que ontem deu explicações razoáveis, mas dentro do espírito de um líder de Governo, defendendo evidentemente o Governo.

Mas eu faço um apelo para que ele também se engaje nessa campanha em favor do funcionalismo. Nós não fazemos política com o funcionalismo público, nunca fizemos. Não estamos usando este expediente agora, para angariar simpatias, mas sim para corrigir uma injustiça muito grande que se pratica hoje contra o funcionalismo público.

Este é o pensamento da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro.

O Sr. Rafael Greca - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Com todo o prazer.

O Sr. Rafael Greca - Eu felicito Sua Excelência por esse pronunciamento, informando à Assembléia, que os Deputados Federais, de diversos partidos trabalhistas foram ao supermercado em Brasília fazer uma compra do mês, prevista na lei do salário mínimo do Presidente Getúlio Vargas. E que a compra do mês é executada no rito sumário do estritamente necessário, para que viva um trabalhador. Se consumou em 59 mil cruzeiros.

Então veja Sua Excelência, que se vai aviltando cada vez mais a condição de vida, inclusive do funcionalismo desta Casa e do funcionalismo do Estado. Para que a Assembléia se faça foro legítimo de defesa do funcionalismo do Estado, do funcionalismo do Judiciário, é preciso que também o nosso Presidente, a nossa Mesa diretora eleita com o nosso voto, tenha uma medida de atenção de solicitude para com os nossos funcionários. Porque a defasagem já é tão grande, que já não se consegue manter níveis de qualidade na assessoria dos nossos gabinetes.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Obrigado pelo aparte de Vossa Excelência e isto vem comprovar que com 59 mil cruzeiros, eu também assisti pela televisão à compra feita com esses 59 mil cruzeiros, que não representou praticamente nada; é uma cesta básica para uma família viver apertada durante todo um mês.

Essa é a média do vencimento do funcionalismo público do Estado, em torno de 60 mil cruzeiros. É uma média, digamos, irrisória, porque repito mais uma vez, a inflação está crescendo neste País. Há três meses atrás, nós tínhamos uma inflação de 8%, hoje já estamos a 15%, ela dobrou praticamente, sem que os salários tivessem sido pelo menos reajustados.

Eu faço um apelo ao Líder do Governo nesta Casa, para que mais uma vez seja o advogado do funcionalismo público; nós sabemos que Sua Excelência o Deputado Orlando Pessuti, tem batalhado efetivamente em favor do funcionalismo público. Mas que ele seja mais uma vez o advogado junto ao Governo do Estado, para que o Governo, assim num esforço, que nos considerariamos muito proveitoso, possa mandar uma Mensagem o mais rapidamente possível a esta Casa, reajustando os níveis de vencimento do funcionalismo público do Estado.

Idêntico apelo eu faço ao nobre Deputado Anibal Khury. Nós sabemos que é praxe só reajustar os vencimentos dos funcionários desta Casa, concomitantemente, com o Tribunal de Justiça, com o Tribunal de Contas e com o funcionalismo do Poder Executivo. Mas não há regra sem exceção, eu acho que se o Presidente desta Casa analisar friamente a situação do funcionário

daqui, que não tem mais dinheiro sequer para pagar a condução para vir trabalhar. Eu acho que deve romper essa tradição de só reajustar os vencimentos do funcionalismo público, quando houver Mensagem do Governador do Estado. Eu acho que o Presidente desta Casa, tem poderes através dos Projetos de Resolução, de conceder pelo menos um abono provisório para minorar a situação aflitiva do funcionalismo público.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nos últimos tempos nós temos assistido, via os meios de comunicação, a um embate em relação ao Banco BAMERINDUS e ao BANESTADO.

O BANESTADO, que diz que é o Banco do povo do Paraná, aonde tem uma administração indicada pelo Senhor Governador. Esta administração deve aos seus sócios, como diz a propaganda, deve ao povo do Paraná o balancete dos primeiros seis meses, uma vez que não foi divulgado e tornado público. E se diz, à boca pequena, que a dívida, que o "déficit" no primeiro semestre, foi de seis bilhões e seiscentos milhões de cruzeiros.

Enquanto isso, o Banco BAMERINDUS, de acordo com o Banco Central, obteve um lucro de 7,19 bilhões, entre janeiro e abril. E diz o Senhor Presidente do BAMERINDUS, José Eduardo, licenciado, de que a posição dele em Brasília é de combate à miséria e defesa da cidadania do povo paranaense.

O Banco obteve lucros, diz o Banco Central. O Senhor Diretor Presidente, licenciado, diz que "no Brasil tem miséria". E diz que "não é possível assistir calado ao que está acontecendo. O País está parando. O desemprego aumenta. O salário diminui. As condições de vida ficam piores. Os brasileiros estão cada vez mais desanimados. Eu não concordo com isso. Durante toda minha vida lutei pelo crescimento da economia. Agora, como Senador e como advogado de todos os paranaenses em Brasília, esta é a minha principal prioridade. O Brasil precisa voltar a crescer. Tem que haver mais empregos, salários melhores, melhor condição de vida. Vou lutar por isso com projetos, com discursos, cobrando do Governo, botando a boca no trombone".

Eu também "boto a boca no trombone" e digo isto em nome do Partido dos Trabalhadores. Digo ainda que o BAMERINDUS obtém um lucro de 7,19 bilhões de cruzeiros graças à demissão de 12 funcionários por dia. Com a perspectiva de chegar à demissão de

5 mil funcionários até o mês de dezembro.

Um Banco diz que dá prejuízo e achata os salários. O outro Banco dá lucros, mas às custas do massacre e da demissão dos trabalhadores, e achatamento salarial daqueles trabalhadores. E diz o seu dono, praticamente, de que ele colocará a "boca no trombone" para denunciar a miséria e o desemprego.

Como pode, alguém que está demitindo, como pode alguém que está mandando embora e achata os salários, dizer que vai denunciar o desemprego e a miséria, se ele é o próprio instrumento da causa da miséria?

Em função disso, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos um Requerimento à Mesa, propondo a formação de uma Comissão interparlamentar, para visitar a Direção do BAMERINDUS e discutir o fim destas demissões, porque quem está obtendo lucros não deve demitir trabalhador, jogando-o na miséria e jogando a um sistema submetido à fome e ao desemprego, uma vez que, com a crise econômica que temos em nosso País, não é fácil encontrar emprego. E gostaríamos de ver este requerimento aprovado. Pedimos o apoio dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedemos a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Eu gostaria de chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, principalmente no que diz respeito às lideranças. Conforme foi amplamente discutido nas sessões de ontem e anteontem com relação à Comissão especial que amanhã estará se deslocando até Campo Bonito, para verificar, "in loco", a situação daquela invasão da Fazenda Santana. Eu distribuí rapidamente hoje um roteiro da nossa viagem amanhã, porém não estou recebendo das Lideranças dos partidos políticos, a indicação de quem irá nos acompanhar, com exceção da Bancada do PT e do companheiro Duílio Genari, que estará presente lá.

Para poder adiantar o roteiro, eu gostaria de dizer o seguinte: - Nós vamos às 6 horas da manhã, saída às 6 horas da manhã, carro particular, cada um vai com o seu; temos o primeiro encontro às 13 horas na Prefeitura de Campo Bonito, aonde o Prefeito daquele município já estará nos aguardando; às 13h30min, nós nos deslocaremos até o acampamento da Fazenda Santana; às 15h30min nós faremos uma visita a um acampamento no Município de Ibema, bastante próximo. E às 17 horas nós teremos uma reunião comunitária com o Prefeito de Campo Bonito bem como de Ibema, Prefeitos, Vereadores e Lideranças. Eu, é claro, to-

mei o cuidado de inclusive fazer o convite ao Ministério Público daquela Comarca.

Nós precisaríamos de, até o final da sessão, se houver possibilidade, de que as Lideranças dos partidos com assento nesta Casa, pudessem nos informar quem será o representante daquele partido. Mesmo porque, se não há representação esta Comissão que já foi montada, ficará bastante pequena. Nós tivemos, hoje pela manhã uma reunião com o chefe do ITCF, aqui da Capital do Estado do Paraná, juntamente com o companheiro Ernani Pudell e outros Parlamentares. Então eu quero fazer estas colocações, dando já o roteiro, e dizendo que às 6h30min, o mais tardar, nós teríamos que sair aqui da Capital.

E, adiantando o entendimento que tivemos com os Parlamentares que participaram da reunião hoje de manhã, é claro, as despesas serão por conta de cada Parlamentar.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como o tempo é curto e nós temos interesse, mais que nunca, em fazermos o levantamento e acompanharmos de perto a situação da invasão daquela Fazenda, seria interessante que pudessemos ter um número bastante significativo de Parlamentares desta Casa. Mesmo porque, já temos notícia que em outras regiões do Paraná, me parece que Norte do Estado do Paraná, já existem outras invasões. Como esse assunto está sendo seguidamente trazido à baila, aqui neste Poder, seria importante que nós pudessemos participar, pelo menos das negociações, ver de perto, sentir, "in loco", o problema. E que a gente possa ser útil, até mediador entre as partes, não vamos lá com a bandeira vermelha não, nós vamos com a bandeira branca, bandeira da paz, procurando além do entendimento, além de ver de perto, servir como instrumento de viabilização para a solução destes problemas que estão surgindo, em todo o Estado do Paraná.

Como Presidente da Comissão de Terras, fica aqui nosso convite, e como Presidente da Comissão Especial, o nosso convite para que os Senhores Parlamentares indiquem os seus representantes, para que todos os partidos possam trazer, numa discussão mais ampla, dentro dos partidos, e trazer também algumas sugestões a mais para nosso Parlamento.

Seriam estas as colocações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tendo em vista que amanhã, pela manhã, nós estaremos, independente do número de Parlamentares, pois já temos compromisso com o PT, liderado pelo Deputado Ernani Pudell, o Deputado Duílio Genari, Deputado Paulo Maia também está presente, que os outros partidos também se posicionassem e colocassem um companheiro a mais para que a gente tivesse uma representação realmente

digna do Poder que nós representamos no Estado do Paraná, que é o Parlamento. Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queríamos pedir uma atenção especial para este nosso pronunciamento em função de que vários Senhores Deputados já se pronunciaram no Pequeno Expediente, horário de Liderança e já estamos horas de falação nesta sessão. Mas eu gostaria de pedir uma atenção especial aos Senhores Deputados. O que nós trazemos à tribuna neste momento é muito grave.

Segundo o documento que vamos ler, é uma afronta o que se está fazendo ao País, à nossa Constituição, é um atentado ao povo brasileiro e à democracia em nosso País.

Eu quero passar a ler na íntegra uma nota oficial emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil e que fala sobre o famoso Emendão do Governo Collor, do Presidente da República, e envolve as negociatas propostas pelo Presidente da República com os Governadores naquilo que ouvimos na imprensa há alguns dias passados, quando das reuniões entre os Governadores e o Presidente da República.

(Lê): "O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil após reunião de sua Diretoria juntamente com os Ex-Presidentes, especialmente convocada para apreciar o conjunto das propostas de emenda à Constituição formuladas pelo Poder Executivo, tem o dever de fazer esta proclamação aos advogados, aos setores organizados da sociedade civil e aos cidadãos brasileiros.

1. Após longo período de instabilidade política o País se reencontrou com o processo democrático que culminou com a elaboração da Constituição em 1988, ponto de partida para a construção da almejada sociedade que integrasse todos os brasileiros na participação do bem-estar social.

2. A Constituição de 1988 foi o resultado de um grande esforço nacional, a somatória dos interesses conflitantes presentes na sociedade brasileira, resultado que foi da contribuição de todos os segmentos representativos da Nação. Nela, não há radicalismos nem hegemonia. Consagrou-se em seu texto um Estado Social moderno, marcado pela preservação de nossos valores histórico-culturais e comprometido com a realidade sócio-econômica brasileira. Tem harmonia e equilíbrio. Respeita a pessoa humana e seus valores, garante a proprie-

dade e a empresa. Encerra, como toda obra humana, defeitos e qualidades que funcionam como um mecanismo de pesos e contrapesos.

3. Por entender que uma Constituição não vale senão tiver um mínimo de estabilidade, é que a Ordem dos Advogados, insistentemente, vem pregando a preservação de seus dispositivos diante das tentativas açodadas que cedo se organizaram contra ela. Infelizmente tais maquinacões vêm crescendo da insinuação velada para a ameaça concreta, e desta para a efetivação da agressão. Tem-se a clara impressão de que a Constituição brasileira, ao invés de documento a ser obedecido, é, para alguns, obstáculo a ser removido e posto de lado.

4. Este receio se transformou em realidade com o conteúdo do "emendão" proposto pelo Governo Federal. O conjunto de alterações constitucionais nele contido constitui um atentado ao povo brasileiro, à democracia, à ordem jurídica. O "emendão" dilacera a Constituição, transforma-a em instrumento consagrador do arbítrio, do autoritarismo, do descomprometimento do País com seus deveres; elimina o equilíbrio e a interdependência dos poderes, submetendo o Legislativo e o Judiciário a um Executivo onipotente, dotado de prerrogativas imperiais absolutas. O "emendão" não altera a Constituição: fere-a de morte, subtraindo-lhe importantes conquistas do povo brasileiro. Não se tem notícia, na história das democracias, de instrumento mais ditatorial e despótico, mais antidemocrático e retrógrado. Ele atinge mortalmente o direito adquirido e a harmonia entre os poderes; suprime o princípio da irredutibilidade dos vencimentos dos magistrados e emascula o Legislativo; cassa o dissídio coletivo, avilta o servidor público, condena os aposentados à indigência, aniquila o sigilo bancário, mutila o Ministério Público, devora o seguro-desemprego, fecha as Universidades, abandona a Educação, sepulta o princípio da anterioridade tributária, instaura a desigualdade pelo fim a isonomia, fortalece a exploração do capital financeiro, afronta decisão recente do Supremo Tribunal Federal na garantia dos direitos das pessoas colocadas em disponibilidade, suspende direitos adquiridos, desorganiza e enfraquece a Federação, cerceia as liberdades democráticas no seu todo e, no que lhe é mais caro, exclui à apreciação do Judiciário os danos aos direitos individuais.

5. O Executivo, por outro lado, pretende tornar-se o único poder existente, dotado de hegemonia, tutelando o Legislativo e o Judiciário, sobre os quais faz pairar a pecha da incompetência e desídia. O Executivo fica pois colocado acima do bem e do mal, se subrogando ao Estado e à

sociedade.

A ele sem controle de ninguém, cabe demitir, reduzir vencimentos, cortar verbas, impor tributos, livre de qualquer controle social. O empresário, o trabalhador, o servidor público, o contribuinte, alienam suas vidas nas mãos de um poder que assim se torna absoluto e incontrolado.

6. Após confiscar a poupança, provocar o desemprego, a recessão, o achatamento salarial, a insegurança no meio empresarial, e não obstante falhando no combate à inflação, o governo, simulando resolver o impasse por ele próprio gerado, para que quer todos estes poderes? Para extinguir o monopólio estatal das telecomunicações, para liberar as taxas de juros, para desnacionalizar o patrimônio público, para se tornar dotado de uma autoridade absoluta, imperial. O modelo econômico que o governo federal vem tentando impor mais consulta aos interesses dos credores externos e do Fundo Monetário Internacional do que aos interesses do povo brasileiro. Para viabilizar tal ordem econômica o governo federal precisa adaptar a ordem jurídico-constitucional a estes desígnios. E isto foi feito pelo loquaz agente do Fundo Monetário Internacional. É isto o que se está propondo.

7. Como se pode pois concluir não é só o conjunto dos direitos fundamentais do cidadão que está ameaçado, nem só a Constituição da República, nem muito menos a ordem jurídica ou só o regime democrático; é mais, é a própria soberania nacional que está em jogo, postergados nossos valores mais arraigados à cobiça dos interesses internacionais.

Por outro lado, a forma como se está apresentando o "emendão", que deve ser rejeitado pelo Congresso Nacional, indica a montagem de um quadro que tenta aliciar os Governadores dos Estados, expondo as instituições nacionais ao descrédito, e fazendo surgir o Poder Executivo como o único órgão empenhado no progresso da Pátria. Tal montagem não ajuda à construção da Democracia, constituindo uma aventura de conseqüências imprevisíveis.

A Ordem dos Advogados do Brasil, com este manifesto, exercita o seu dever de lutar pelo aprimoramento das instituições democráticas, especialmente nesta hora crucial em que sobre sua preservação paira grave ameaça. Urge que o Congresso Nacional, que os Governadores, que os segmentos organizados da sociedade civil, que os advogados, que o povo, digam um "não", firme e convicto, a esta impatriótica e despropositada tentativa de degradação da ordem jurídica.

(a) MARCELLO LAVENERE MACHADO
Presidente do Conselho Federal da OAB

Brasília, 26 de agosto de 1991".

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É muito grave o que ouvimos nesta nota oficial da Ordem dos Advogados do Brasil. Este manifesto é de autoria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados e dá bem a dimensão do verdadeiro sentido do chamado Emendão que o Governo Federal quer impor à Nação brasileira.

A nossa Bancada está apresentando hoje um requerimento a esta Casa para que esta Assembléia se posicione pelo apoio ao manifesto da Ordem dos Advogados como forma de resistir ao retrocesso constitucional que as reformas propostas pelo Governo enseja.

Gostaríamos apenas de acrescentar mais alguns elementos que a nossa Bancada considera relevante para esta discussão:

Primeiro - Ao assumir o Governo, o Presidente Fernando Collor prometeu o cumprimento à Constituição, afirmando que o seu programa de governo cabia perfeitamente nos limites da carta Magna. Em sua megalomania de auto-suficiência, Collor foi mais longe afirmando que ia debelar a inflação com um único tiro. A exemplo a Ministra Zélia Cardoso de Melo, chegou mesmo a anunciar que a inflação havia acabado, numa piada de mau gosto, é claro. Agora, o Governo vem com uma proposta de reforma constitucional como a tábua de salvação para os problemas nacionais, quando a revisão constitucional está prevista para 1993. Isto não é daqui a dez ou vinte anos num processo que deve envolver, inclusive, a participação da sociedade nesta revisão constitucional.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que se percebe é que Collor não foi além de suas peripécias esportivas para manter o corpo em forma, porque o resto já definhou. Desta escalada atlética que sobressaiu-se, o que se sobressaiu foi a incompetência administrativa deste governo que não conseguiu resolver o problema do déficit público, jogou o nosso País na mais terrível recessão da nossa história, elevando o desemprego a níveis jamais vistos em nossa Nação, com a queda do Produto Interno Bruto de 4,6%.

Como se não bastasse tudo isso, o Governo Federal descambou de vez, instituindo a política de tráfico de influências como a ação norteadora para a distribuição de recursos para os Estados e municípios, cujos escândalos começam pela própria Casa, quando se viu noticiar pelo País as maracutaías da LBA, envolvendo a própria esposa do Presidente da República e apenas é uma das labaredas do vulcão da corrupção que tomou conta do Brasil novo.

O benefício aos usineiros do Nordeste está queimando o dinheiro público por to-

los os lados. Voltando à questão da reforma constitucional proposta pelo Governo, além de querer jogar a responsabilidade ao Congresso Nacional pelo seu próprio desastre é bom atentar que esta tática já foi experimentada há 30 anos atrás, quando o ex-Presidente Jânio Quadros golpeou o Congresso através de um pacto com os Governadores nesse estilo que estamos vendo agora.

Um filme que parece repetir quando Collor tenta impor ao Congresso Nacional e à sociedade um acordo de cúpula, envolvendo inclusive os Governadores liderados por Leonel Brizola do Rio de Janeiro, que enquanto reedita a cadeia da legalidade de 1.962 não se sente intimidado em tornar-se o mais entusiasta defensor do golpe que Collor pretende desferir contra a Constituição Brasileira, o Congresso Nacional e a sociedade.

Além do mais, não há como não desconfiar que nos moldes em que está sendo proposta a reforma constitucional parece ser a ante-sala para um novo choque econômico em nosso País.

O estilo "soft" humilde que desponta na cena mercadológica da figura presidencial está servindo neste momento apenas para desviar as atenções da sociedade para o golpe que se pretende implementar e quando o assunto corrupção domina todas as conversas nesse sentido Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, invocamos este Parlamento, invocamos todo o apoio a esta manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil que surge num momento importante, desmistificando o propalado entendimento nacional que Collor diz buscar para o País, quando na verdade tenta nos impor um projeto que não tem fundos suficientes para justificar o menor crédito de desconfiança.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, consideramos muito grave a situação colocada pela Ordem dos Advogados do Brasil neste manifesto à Nação.

Queremos pois, que esta Casa se manifeste e propomos à Mesa um requerimento que esta Assembléia Legislativa dê o seu apoio a este manifesto para que nós não sejamos cobrados de responsabilidade pelo que possa ocorrer com a previsão colocada pela entidade que tem o maior respeito nesta Nação e que coloca fatos gravíssimos à sociedade, alertando-nos para que não ocorra um novo golpe às instituições democráticas, a Constituição Brasileira que o povo tanto lutou, tanto se organizou para conquistar, suas conquistas na elaboração da nossa Constituição.

Concedo aparte ao Deputado Ernani Pudell.

O Sr. Ernani Pudell - (Aparte) - Agradeço,

colega Ovídio, pelo aparte e nós não poderíamos deixar de registrar a nossa satisfação em perceber que a Ordem dos Advogados do Brasil que esteve na vanguarda da luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas em nosso País, novamente traz um grito de alerta e se posiciona antecipadamente a toda a sociedade no sentido de alertar para os riscos que traz no bojo a proposta do Emendão do Governo Collor.

É preciso por outro lado, também registrar com tristeza e muita preocupação a forma como os Governadores tem sido cooptados pelo Governo Collor e manifestado apoio a esse projeto hediondo.

Nós estamos assistindo ao diálogo dos devedores insolventes, que são os Governadores, com o gerente desonesto da Nação que é o Senhor Fernando Collor de Mello, numa atitude de chantagem clara e aberta, vergonhosamente mostrada para toda a população; o Presidente Collor condiciona a rolagem e a equação da dívida dos Estados para com a União, pelo apoio em troca do apoio dos Governadores para que pressionem a suas Bancadas no Congresso Nacional para aprovar essa proposta.

Torcemos e esperamos que o Congresso Nacional firme definitivamente uma imagem de independência e rejeite esse tipo de proposta suja e escusa no mais tradicional e aberto exemplo da Polícia do "é dando que se recebe".

É preciso aqui registrar e a Nação tem que lembrar sempre que Collor assumiu o seu Governo dizendo que com apenas um tiro iria eliminar a inflação em nosso País. O que se viu, na verdade, foi um tiro nas costas dos descamisados desta Nação.

Jamais a participação dos salários dos trabalhadores na renda nacional foi tão baixa em nosso País. O que nós precisamos efetivamente discutir neste País, são mudanças estruturais na nossa sociedade e na nossa economia. Todas as pessoas lúcidas deste país sabem perfeitamente que temos que retomar o crescimento econômico através de uma política de distribuição de renda, uma política de realização de reforma agrária anunciada, prometida, e até o presente momento absolutamente nada feito.

Nós precisamos, isto sim, recuperar e retomar o desenvolvimento neste país através da política gradual, segura e ofensiva de distribuição de renda através da elevação dos salários, criando com a elevação dos salários uma demanda na sociedade brasileira e na economia como um todo, uma demanda por alimentos, uma demanda por bens e consumos populares, que efetivamente irá gerar como efeitos benéficos mais empregos, maior produção, maior arrecadação de impostos.

É preciso, efetivamente, neste país

para solucionar a nossa crise, debelar definitivamente as práticas cílicas de corrupção que a população não suporta mais.

É lamentável perceber que este Governo, com apenas um ano e pouco de mandato, está bem pior do que o próprio Governo Sarney, contra o qual Collor dizia levantar-se. As denúncias de corrupção que este Governo já soma durante o seu mandato, certamente já superaram o próprio mandato do Presidente Sarney.

Eu entendo que neste momento em que existe todo um jogo aí na grande imprensa, promovendo a nível nacional, de desmoralização do Poder Legislativo, cujo Poder nós tivemos um exemplo histórico recente, que foi o Poder que liderou a resistência democrática na União Soviética e abortou um golpe militar contra as liberdades, chegou um momento dos Parlamentares deste País tomarem a consciência e terem a sensibilidade de perceber que nós não podemos continuar caindo nesta armadilha de uma forma silenciosa, de uma forma omissa. Nós devemos definitivamente - e essa é a conclamação que eu faço a este Poder - tomar nas mãos a seguir o exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil a liderança e a vanguarda na defesa das instituições democráticas e na defesa de um projeto real, autêntico e sincero que leve este País definitiva e imediatamente para a retomada do crescimento econômico, para a distribuição de renda, para a justiça e para a paz.

Obrigado.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado, que vem acrescentar dados e enriquecer o nosso pronunciamento.

Queria pedir permissão aos Senhores Deputados para repetir algumas palavras que considero que precisamos entender a gravidade da denúncia da OAB, quando diz que o Emendão dilacera a Constituição Brasileira, quando diz que o Emendão elimina o equilíbrio e a interdependência dos poderes, submetendo o Legislativo e o Judiciário a um Executivo onipotente e dotado de prerrogativas imperiais e absolutas. Isto é muito grave, Senhores Deputados. Quando diz que o Emendão não altera a Constituição, e quem mais autoridade tem para falar sobre isso do que a Ordem dos Advogados do Brasil? Diz que não altera a Constituição, mas sim a fere de morte.

Quando diz que subtrai da Constituição importantes conquistas do povo brasileiro, quando diz que o Emendão macula o Poder Legislativo.

Não podemos deixar passar em branco, Senhores Deputados. Quando nós estamos dentro deste Poder, nós não podemos deixar passar em branco denúncia tão grave desta forma. No art. 40 da Constituição que ga-

rante a aposentadoria do trabalhador aos 30, 35 anos e 25 e 30 quando professor, acaba a aposentadoria por tempo de serviço, direitos adquiridos através de sangue e de luta dos trabalhadores na História deste País, e o Presidente da República se arroga no direito de dizer que é ingovernável o País com esta Constituição.

E não se está propondo que esta Constituição seja eterna. Os próprios constituintes, percebendo que poderá haver alguns desajustes, propõem na própria Carta Magna uma revisão constitucional em 1993. No art. 21 da Constituição, o Emendão quer mudar dizendo que permite à União explorar diretamente, ou mediante concessão a qualquer um, ao gosto do Presidente da República, os serviços de telefonia, de telegrafia, de transmissão de dados e demais serviços de telecomunicações.

O que também é muito grave é que o Emendão desobriga no art. 212 da Constituição a União de aplicar anualmente o mínimo de 18% em educação, no entanto, continua a obrigação dos Estados, Municípios e o Distrito Federal de aplicarem 25% de suas receitas com a Educação. Isso é grave. Além da diminuição dos recursos da Educação, aprofundando a crise do ensino no nosso país, essa proposta vai de encontro ao discurso do Governo, que presta, ou melhor, que prega a atuação do Estado prioritariamente nesta área.

Portanto Senhor Presidente, Senhores Deputados desta Casa, nós gostaríamos de somar a unanimidade desta Assembleia num requerimento ao Congresso Nacional, para que reprove e que também os Governadores reprovem esta atitude, no nosso entendimento, "safada" que o Presidente tenta impor, para exigir que os Governadores cheguem de pires na mão e de joelho, impondo uma fórmula esdrúxula de reforma da Constituição.

É necessário que esse Poder tome a iniciativa de reprimir esse ato, ou de não concordar com esta forma de revisão da Constituição que o Presidente Collor quer impor à Nação, através destes acordos.

Era isto, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao horário das Lideranças.

Com a palavra, o Senhor Deputado Orlando Pessuti, do PMDB.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tem sido costumeiro na Assembleia Legislativa, por parte de alguns Parlamentares, trazendo para dentro desta Casa, informações e muitas vezes, expressar as suas opiniões que não refletem a realidade dos fatos.

V. Exa. é testemunha e o Deputado Al-gaci Túlio, que presidia esta Casa, também o é, e que na quinta-feira retrasada, nós anunciávamos que íamos nos ausentar da As-sembléia Legislativa, nos dias 19 e 20, tendo em vista, compromissos com o Con-gresso Mundial de Veterinária que aconte-cia no Rio de Janeiro e também, com uma audiência que havíamos marcado com o Pre-sidente do IBGE para tratarmos de certi-ficações para criação de municípios e no en-tanto, fomos acusados pelo Deputado Mário Bezerra, de "fujão" e que estávamos sumin-do ao estilo de Gorbachev, que quando as coisas "esquentavam" na Rússia ou aqui na Assembléia Legislativa, nós sumíamos do contexto, para não assumirmos as nossas posições.

Quem sabe esteja o Deputado arrependi-do da sua comparação, porque neste momen-to, o Gorbachev está "por cima da carne seca" aliado àqueles que defenderam a De-mocracia, tendo como principal comandante, o Boris Yeltsin.

Na tarde de hoje, o Deputado Rossoni vem à tribuna e tece veementes críticas às manifestações do Governador num programa de televisão que aconteceu no dia de on-tem, dizendo que o Governador teria ataca-do os Deputados estaduais, que teria ataca-do este Parlamento.

Temos aqui, acerca da denúncia feita pelo Deputado Rossoni e posteriormente por alguns outros Deputados, o que realmente disse Sua Excelência, o Governador:

"Ouvinte Sueden - de Copacabana.

"Senhor Governador, o Senhor vê alguma solução para o aumento abusivo de salário dos Deputados?"

O Governador Roberto Requião responde:

"Eu vejo, é que eles se conscientizem que o povo não suporta mais assistir a es-se espetáculo, e nas próximas eleições, sempre há remédio".

O próprio Deputado Rossoni é autor, nesta Casa de Leis, de um projeto que bus-ca essa conscientização que o Governador apregoa, para que cada Deputado faça de livre e espontânea vontade a manifestação pessoal, dizendo o quanto gostaria de re-ceber, o quanto acha que deve receber pelo trabalho que aqui desempenha. E estabelece um parâmetro de um salário, até 100 salá-rios, 200 salários. E quando o Governador diz nas próximas eleições sempre há remé-dio. É o discurso que todos nós temos fei-to ao longo da nossa vida pública e tenho certeza a maioria de vocês.

Nós sempre temos apregoadado sim, que a população tem que fazer uso do poder do voto para renovar os Parlamentos, para re-novar os Poderes Executivos, tirando dos Parlamentos, ou onde que que esteja um po-lítico eleito, aqueles que não cumprem com o seu dever e não cumprem com a sua obri-

gação. Que não se devolva aos Parlamentos, Parlamentares que não podem ter sequer o título de Parlamentares.

E nós já denunciávamos o comportamento recentemente do Deputado Florivaldo Fier, que dizia no Jornal do PSB, "que a sua missão principal dentro desse Parlamento era lutar pela desmoralização desse Parla-mento, e que não ia se acomodar até que não conquistasse a destruição do Parlamen-to".

Eu acho que o remédio que o Governador Requião apregoa, tem nesse episódio um en-dereço determinado nesta Assembléia Legis-lativa.

Sr. Presidente, um outro aspecto nós queríamos levantar e gostaríamos que aqui estivesse o Deputado Colombino Grassano, mas quando ele aqui estiver nós retornare-mos ao assunto. Mais uma vez nós queremos demonstrar que alguns Parlamentares vem à tribuna, fazem o discurso fácil, espelham nos jornais manchetes e depois na prática a coisa é diferente.

A "Gazeta do Povo", se não me falha a memória, de sexta-feira, traz uma reporta-gem com o título PEDIDO REAJUSTE SALARIAL AO SERVIDOR.

(Lê): "O Governador do Paraná precisa descobrir que o servidor bem pago é moti-vado, produz o funcionário, e compara com a iniciativa privada. Aí vai mais adiante, diz o Deputado mais adiante, que ele não entende é porquê do Estado do Paraná es-teja gastando em torno de apenas 67% do seu orçamento com pessoal, que deveria o Governador remeter aqui uma Mensagem". E ao final ele diz a respeito de Arapongas, "lá os Administradores descobriram que podem e devem competir com o setor priva-do; pagando bem e exigindo muito dos ser-vidores; esses ficam motivados e desempe-nham as suas tarefas com entusiasmo, fa-zendo de Arapongas uma das melhores cida-des do País". Quanto a isso de ser uma das melhores cidades do País, nenhuma contes-tação, quanto a motivação dos servidores de Arapongas, eu trago ao conhecimento desse Plenário que diz o Jornal lá de Ara-pongas, que traz uma reportagem acerca da greve lá existente, em busca de melhores salários para os servidores; e aqui quando mostra o Prefeito Antonio Grassano diz: "Apesar de desgastado politicamente, Gras-sano não abriu mão e não concedeu nenhum aumento aos funcionários".

Eu acho de uma pouca qualidade, o pro-nunciamento de um Parlamentar da estirpe do nosso Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, que vai à "Gazeta do Povo" e tenta aconselhar o Governador a dar aumentos e cita Arapongas como exem-plo, quando na verdade lá os funcionários estão em greve e o seu irmão que é Prefei-to da cidade, nada concede aos servidores

daquele município. Então, dois pesos para uma mesma medida.

São coisas que nós não podemos aceitar. E muito menos partindo do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senhor Presidente, que tem por obrigação cuidar e zelar pelo cumprimento da Constituição do Estado e da Constituição Federal, porque é isso que nós juramos, quando tomamos posse, ele vem aqui pedir que o Governo desrespeite a Constituição e que gaste mais de 65% do orçamento com o pagamento dos servidores.

O Deputado Erondy foi muito feliz nas suas explanações. E quero aqui dizer a esta Casa que nós estamos, realmente, empenhados. Temos conversado quase que diariamente com os Secretários de Estado e com Sua Excelência o Governador, na busca de uma solução para os problemas salariais dos funcionários públicos.

E me permita, Senhor Presidente, mais um minuto para concluir. Ainda ontem, e um jornal hoje traz uma reportagem, na "Gazeta do Povo", onde nós afirmamos que a política inicial do Senhor Governador era corrigir as gritantes distorções que havia entre segmentos do próprio Poder Executivo, entre funcionários que tenho a mesma graduação, a mesma formação, as mesmas atribuições ou pelo menos assemelhadas, recebiam salários com uma discrepância abusiva. Buscou Sua Excelência o Governador corrigir estas distorções. E daí, Senhor Presidente, uma das razões de nós estarmos à tribuna, é para solicitar de Vossa Excelência que determine a inclusão, o mais rapidamente possível, na Ordem do Dia, do projeto de lei que corrige algumas distorções em algumas autarquias e que tem regime de urgência aprovado, que já excluiu, ou melhor, que já venceu o prazo para que as Comissões se manifestassem, o prazo de 48 horas para que cada Comissão se manifestasse.

E que nós possamos o mais rapidamente possível corrigir estas distorções, nestas autarquias. E que a partir daí, nos concentremos, como bem sugeriu o Deputado Erondy Silvério, num trabalho de buscar junto ao Governo do Estado, junto aos Secretários das áreas competentes, a vinda de uma Mensagem que possa contemplar os interesses de todos os servidores do Estado do Paraná.

Quero só para concluir, informar que o Governo do Estado, e ontem aqui foi dito pelo Deputado Tadeu que o Governo tem-se fechado aos setores organizados do funcionalismo público. Não se tem fechado, não. O Governo tem recebido os dirigentes destas entidades em audiências.

O Deputado Toti, o Deputado Alceu Swarowski, nós, estivemos na semana passada com a Diretoria da APP, do SINPROPAR, com

o Deputado Caíto Quintana. Na sexta-feira passada, dezenas de entidades ligadas ao funcionalismo estiveram em reunião com o Secretário da Administração. Ainda hoje à tarde, mais uma vez acompanharemos o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Alceu Swarowski, em uma nova audiência da APP, com o Deputado Caíto Quintana, onde estes assuntos estão sendo tratados.

O Governo está aberto e sensível, porque como disse ontem e repito hoje, dezenas de projetos já foram enviados nestes cinco meses de Governo de Roberto Requião, para corrigir distorções salariais dos funcionários públicos do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário destinado ao PFL. Concedemos a palavra ao Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares.

Este Parlamentar, nesta Casa, tem evitado usar a tribuna, embora o deseje, os momentos, às vezes nos convidam. E hoje, dadas acusações feitas ao nosso partido, eu não poderia deixar, com modéstia, mas não poderia deixar passar as críticas, praticamente dirigidas, infundadas, a esta Liderança.

Este Parlamentar tem por hábito, como homem público, a não tomar posições agressivas, baratas, para conquistar a população do nosso Estado. Exemplificando, não tenho o hábito de "dar bom dia a cavalo". Lamento que o episódio ocorrido entre o Parlamentar que ingressou recentemente em nosso partido, Max Rosenmann, o desentendimento, se é que houve, com o Governador do Estado.

A Liderança do PFL não foge da sua responsabilidade, e os Parlamentares que têm nesta Casa o seu mandato, dois Deputados continuam aliados à Oposição, como Partido de Oposição, seis Parlamentares hoje estão alinhados com o Governo. Decisão pessoal de cada um dos Parlamentares! Essa Liderança não atrai, para sua importância maior, quero dizer que temos seis Deputados, sendo cinco que acompanham o líder, e dois Deputados continuam separados. Somos cobrados de todas as formas, mas, no nosso partido, há entre nós, eu tenho certeza sem dúvida nenhuma, há o respeito entre as decisões, a competência e a importância política que cada um tem neste Estado, de acordo com o interesse da sua região. E eu respeito demais os meus companheiros! Aqueles que acompanham o Governo, têm, naturalmente, a mesma posição que a minha, em acreditar que o Governo do Estado do Paraná, como deve, possa fazer um mandato que venha a construir um Paraná melhor, para todos nós.

Não somamos apenas como Deputado da

Oposição que quer ver pelas costas o poder, para tentar um dia atingir o cume do poder no Estado do Paraná, não é a nossa posição está! Nossa posição é o bem do Estado do Paraná, essa é nossa posição de homem público. Por outro lado, respeitamos aqueles que ocupam a Oposição e fazem da sua bandeira ameaça, agressão, se acharem que convêm. A mim, este Parlamentar, a decisão é sempre no momento da importância do projeto que esteja sendo votado nesta Casa.

Com relação ao episódio do Deputado Max Rosenmann, e não fujo não, fiz discurso no nosso partido, recebendo este político, nascido do nosso partido, com honra, com tranquilidade, e por enquanto não mudou nada, eu respondo àqueles que estão cobrando! Não mudou não! Eu defendo um Parlamentar até que a lei, ou ações deste Parlamentar não mereçam mais o meu respeito. Por enquanto, como antes, até o presente momento, nada mudou! A lei está aí para julgar a ação, os homens. E os políticos não são julgados só pelos políticos não, os políticos são julgados pela população.

E o Governador do Estado não muda a minha posição não, estou alinhado com o Governo do Estado, alinhado com entendimentos para governar um Paraná melhor, e continuo acreditando no seu trabalho. Os dois têm mandatos importantes, o Deputado Federal mais votado no Paraná, o Governador mais votado, senão não seria Governador. Se há desentendimentos nós temos apenas a lamentar! E este tipo de caso acontece por quê? Porque a classe política está na verdade com um desgaste muito grande. As razões? Milhares, não são poucas não, por políticos, por problemas de um País como o nosso que é massacrado pelas potências do mundo que fazem o que querem de países pobres. Então não é só aqui entre nós e este degladiar, brigar só enfraquece os Poderes, e eu digo os Poderes estão sendo julgados também pela população.

Eu defendo e continuo defendendo o Poder Legislativo, porque senão defendesse, eu aqui não estaria como Deputado porque não acreditaria na importância deste Poder. Se o Governo está no Executivo, naturalmente eu acho que ele deve respeitar, a mim ele respeitou sempre e continua respeitando; agora, o julgamento, todos nós temos o dever de fazer o mesmo que qualquer um do cidadão, por mais humilde que seja. Portanto, não cabe a mim dar "bom dia a cavalo", fazer prejulgamento àqueles que estão brigando. A razão virá à luz, e naturalmente aquele que estiver errado será punido, seja por nós como companheiro, seja companheiro do Governador, seja nós como companheiros de Max Rosenmann, nós naturalmente, ao momento, nós estamos na

expectativa lamentando este episódio. E eu lamento e venho ser agredido naturalmente, porque quando acusam o PFL de não tomar posição. Por quê? Querem uma posição radical? Não, a minha posição é essa. Sabem por quê? Porque eu sou um homem de um peso e uma medida só e não vou mudar não. Serei Político enquanto a população do meu Estado me apoiar, me der condições, estarei defendendo acima de tudo a vontade daqueles que me deram o mandato. E esses que me cobram e querem que eu esteja com o Governador, como cobram, que permaneçam no meu partido, porque o nosso partido não negociou com o Governador, não é o PFL; porque aí estão os companheiros divididos, mas estão juntos, unidos na posição partidária e continuamos fazendo o nosso trabalho individual de cada um, cada um defendendo a maneira melhor que achar para o seu povo, para a sua gente e para o seu mandato. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT com a palavra.
(Declina).
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 49 Senhores Deputados.

A Mesa informa que está à disposição do Deputado Rosinha as informações da Secretaria da Saúde.

O Deputado Rosinha poderá receber das mãos do 1º Secretário.

Referência à Mensagem Governamental 67/91, reajusta-se a tabela de salários dos servidores das autarquias conforme específica, reclamada pelo Deputado Orlando Pessuti, vai figurar amanhã na pauta. A partir de amanhã o projeto vai se encontrar na pauta porque não há nenhum parecer, apesar de ter vencido os prazos das Comissões competentes.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, comunicando substituição na liderança do PSDB, ao Senhor Deputado Hermas Brandão, licenciado para tratar de interesses particulares.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Deputado Dobrandino da Silva, Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, convoca os Senhores Deputados, membros e suplentes da Comissão para reunião de hoje, às 17:00 horas, com a presença do Senhor Secretário de Turismo, Edson Gracia.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 149/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI e ALBINO CORAZZA, que altera a redação do art. 10 da Lei nº 8.933 de 26/01/89, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C.. Emendas de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. apresentando EMENDA SUBSTITUTIVA às Emendas de Plenário nºs 02 e 03, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 320/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o nome da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 6251 de 20/11/71, de "Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná", para "Associação de Assistência ao Excepcional do Paraná". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 039/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito, na área descrita, para que a população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Com SUBSTITUTIVO DA C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/91

P A R E C E R:

O projeto de resolução em apreciação, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares.

Procedida a análise constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em condições de merecer a apreciação do douto Plenário, na forma do Substitutivo Geral que apresentamos em anexo, com o simples intuito de evitar-se dissentimentos entre a presente Proposição e o Projeto de Resolução nº 041/91, havendo consenso entre os autores.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto, na forma do substitutivo geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 039/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Coronel Domingos Soares, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrando-o do município de Palmas:

Limites e confrontações:

"Começa na confluência do Rio Iguagu com o Rio Butiá, seguindo pelo Rio Butiá até sua cabeceira, daí em reta alcança a cabeceira do Rio Rancho Grande, segue pelo Rio Rancho Grande até encontrar o Rio Chopin, seguindo pelo Rio Chopin até encontrar o Córrego Manchorra ou da Divisa, segue pelo Córrego Manchorra ou da Divisa, até sua cabeceira, daí por uma reta atinge a cabeceira do Lageado do Veado, desce por este até sua foz no Rio São Lourenço, desce por este até sua foz no Rio Iratim, divisa intermunicipal com Bituruna, desce pelo Rio Iratim até o seu encontro com o Rio Iguagu, segue pelo Rio Iguagu até encontrar o ponto de partida da confluência do Rio Butiá."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em
(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Orlando Pessuti e Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a suspensão do Regime de Urgência e subsequente retirada da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões. Aprovado.

Fica portanto, suspenso o regime de urgência e retirado da Ordem do Dia por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Resolução nº 039/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 088/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 12/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba as áreas que especifica, às margens do lago da Represa do Passaúna, partes de áreas maiores havidas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente-SUREHMA.

Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. n° 21, de 18.03.91 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 088/91

P A R E C E R:

O anteprojeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, através da Mensagem n° 12/91, atende perfeitamente os aspectos constitucional, legal e jurídico, estando, por isso, em condições de ser submetido à apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 088/91

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 12/91, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba as áreas que especifica, às margens do lago da Represa do Passaúna, partes de áreas maiores havidas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA.

Analisada a matéria pela Douta Comissão de Constituição e Justiça quanto ao aspecto legal e constitucional, nada encontrou neste sentido que pudesse obstar o trâmite normal da mesma por esta Casa de Leis.

Chamada esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações a manifestar sobre o que lhe compete § 6°, do art. 33, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, igualmente se posiciona favoravelmente, à aprovação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.05.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

ÉLIO RUSCH

Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI N° 088/91

P A R E C E R:

Esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente é favorável à aprovação do presente projeto de lei, acompanhando o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

Curitiba, quarta, em 28.08.91

(aa) CLEITON KIELSE

Presidente

DOMINGOS CARVALHO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 088/91.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n° 088/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 124/91, de autoria do Deputado DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO, torna obrigatória a inclusão do tipo sangüíneo e fator RH nas carteiras de Identidade e de Habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C. Segurança Pública e C. Saúde Pública, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 31 de 09.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 124/91 DE AUTORIA DO
DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO

P A R E C E R:

Objetiva o presente projeto de lei tornar obrigatória a inclusão em documentos de identidade e habilitação, do grupo sangüíneo e fator RH dos portadores. Medida que entendemos da mais louváveis.

Sob os aspectos constitucional e legal, o projeto não fere qualquer dispositivo, podendo ser levado à apreciação em Plenário. Entretanto, a sua vigência de forma imediata à publicação, como determina o art. 2° poderia causar transtornos às autoridades responsáveis pela emissão de tais documentos.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação com emenda modificativa ao art. 2°, estabelecendo um período de vacância de 120 (cento e vinte) dias, para que as autoridades possam adaptar à nova realidade.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 124/91

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, tem como propósito tornar obrigatório a inclusão do tipo sangüíneo e fator RH nas carteiras de identidade e de habilitação.

A presente proposição passou pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e Saúde Pública, recebendo de todas elas

pareceres favoráveis.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entendemos ser esta medida de suma importância e que muito beneficiará.

Assim sendo, somos pelo parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 14.08.91.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 124/91 DE AUTORIA
DO ILUSTRE DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO

P A R E C E R:

Por objetivar o projeto de lei ora em tela, a obrigatoriedade da inclusão em documentos de identidade e habilitação do grupo sanguíneo e fator RH dos portadores, e por entendermos que tal medida em muito beneficiará os cidadãos-mormente em caso de acidentes - é que opinamos pela sua aprovação.

Como ainda salientar, por essencial, que concordamos com o parecer exarado da MD. Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao período de vacância de 120 (cento e vinte) dias, para que as autoridades estaduais possam se munir de adaptação às novas circunstâncias advindas do novo diploma legal.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 16.05.91.

(aa) DOMINGOS DE CARVALHO

Presidente

CLEITON KIELSE

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado "FUAD NACLI". Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 291/91

PARECER:

O projeto do Senhor Deputado e Presidente da Assembleia Legislativa Anibal Khury, tem todo o amparo constitucional, legal e atende às exigências, inclusive do Regimento Interno.

Pela primeira vez, avoco o projeto para relatá-lo, por sentir a necessidade de manifestar meu incondicional apoio à iniciativa de conceder ao ex-Deputado Fuad Nacli o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Faz-se crador do respeito e da admiração dos paranaenses. Foi um Deputado devotado à causa municipalista, durante os 20 anos que participou dos trabalhos legisla-

tivos.

Apoiando incondicionalmente Prefeitos, Vereadores e Políticos, deu grande contribuição para o processo de desenvolvimento do nosso Estado.

Conheço sua dedicação. Admiro o seu valor de homem público. Respeito sua liderança familiar.

Justo que mereça esta homenagem, trocou São Paulo pelo Paraná e em breve poderá se orgulhar de fazer parte integrante da grande e operosa família deste Estado, como o seu mais novo membro honorário.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

O SR. ERNANI PUDELL - (Pela Ordem) - Registramos voto em contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado. O Projeto está APROVADO.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/91, de autoria do Deputado DALTON MACHUCA, declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva", com sede e foro no Município de Imbituva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 295/91

PARECER:

A presente proposição, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação e Pais e Amigos dos Excepcionais de Imbituva, com sede e foro no Município de Imbituva.

Procedida à análise constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, notamos a perfeita integração da iniciativa aos ditames da Lei n° 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita normas para a declaração de Utilidade Pública e Sociedades Civis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer Favorável à proposição, opinando pela aprovação do Projeto de Lei em tela, nada encontrando que possa impedir a normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 297/91, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública o "Lar São Vicente de Paulo", com sede e foro no Município de Rosário do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 89, de 05.08.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 297/91

PARECER:

O processo está instruído, com os documentos necessários e opinamos favoravelmente à sua tramitação regimental e conseqüente aprovação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2120, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2126, de autoria do Senhor Deputado Ademir Traiano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2125, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2128-A e 2127 a 2129, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2146, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2121 a 2123, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2130, 2131, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2132, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Deferido.

Requerimento de n° 2133, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2142, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2141, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2140, de autoria dos Srs. Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento de n° 2145, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2136, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. - Rejeitado.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados que os requerimentos endereçados aos diretores e presidentes de autarquias, não têm a obrigatoriedade de resposta em 30 dias, de acordo com o art. 55 da Constituição Estadual. É só Secretário de Estado.

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Foi rejeitado o requerimento.

O SR. ERNANI PUDELL - Data vênua, Sr. Presidente, o requerimento foi aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai proceder à verificação de votação. 17 aprovam. 23 rejeitam. Está rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - A súmula do requerimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requer envio de pedido de informações ao Sr. Presidente da CELEPAR.

O SR. ERNANI PUDELL - Só para entender, Sr. Presidente. Há um erro parco de transparência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um erro de técnica redacional.

Requerimento de nº 2143, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. - Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 15 aprovam; 21 rejeitam.
Rejeitado o requerimento.

Requerimento de nº 2144, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. ERNANI PUDELL - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu consulto a Vossa Excelência, se quer corrigir o requerimento ou quer que ele seja encaminhado nos termos em que foi redigido.

O SR. ERNANI PUDELL - Qual a correção necessária?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enviar ao Secretário de Estado.
Neste caso, o Secretário Chefe da Casa Civil.

O SR. ERNANI PUDELL - Exatamente para encaminhar e esclarecer o contato será feito diretamente com o Presidente da COPEL, porque é um requerimento que visa tão somente obter informações sobre o perfil do consumo da energia elétrica no Estado do Paraná para que posteriormente se faça uma avaliação e uma proposta possível também encaminhada a esta Casa em forma de mensagem de lei.

O objetivo do requerimento não é descobrir nenhuma falcatrua ou maracutaia do Governo; pode ficar tranqüila a bancada à nossa esquerda, e visa única e exclusivamente saber o perfil do consumo da energia elétrica no Estado do Paraná.

Da mesma forma que o requerimento antecedente se dizia a respeito de uma reivindicação da comunidade de São João, que queria apenas informações concretas e oficiais do porquê existe uma obra rodoviária paralisada no município de Cascavel.

Apenas são informações simples e que nós devemos e nos comprometemos a dar à população que nos solicitou.

É lamentável esta postura sectária e

absolutamente totalitária de uma transparência opaca que nós estamos vendo aqui, na bancada governista.

Obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Só informar que não existe nenhum sectarismo da bancada do PMDB e dos aliados, até porque a maioria dessas informações estão contidas nos relatórios mensais que a COPEL tem endereçado aos Srs. Parlamentares na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Pudell mantém o requerimento endereçado ao Dr. Gomide.

Vossa Excelência prefere a guerra com todos os seus horrores.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requeiro verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

(Pausa).

Vinte e um Deputados rejeitam.

Os Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa).

Quinze Deputados aprovam.

Está rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu consulto, com sua permissão, o Sr. 1º Secretário, para que nos informe como está votando o Deputado José Alves, porque ele tem permanecido em pé durante as duas votações.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Ele está na Oposição.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Tem votado com ... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 2134, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Eu acredito que a maioria dos Parlamentares da Bancada governista votaram sem saber, inclusive, o que estavam votando.

É esta uma maneira de solicitar pela ordem para protestar veementemente por este comportamento de quem vota como vaquinha de presépio, que não sabe o que vota, porque o que eu estou solicitando pode ser que está mal redigido e é muito fácil de ser corrigido, eu solicito que me seja enviado um processo sobre a morte de um menor que foi assassinado por quadrilha de exterminadores que trabalham em nossa ca-

pital e região metropolitana e essa Bancada parece que como quer o extermínio do índio e aceitaram no primeiro semestre de-seja o extermínio de menores na Capital e região Metropolitana.

Não desejam outra coisa ao impedir que se tome conhecimento de processos que estão tramitando na justiça do Estado do Paraná.

Isto é inconcebível e se diz que são transparentes e democráticos.

Por que que não pegam e vão para casa em vez de ficar contrariando a democracia de nossa sociedade paranaense? É este o protesto e o desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Rejeitando o Requerimento.

O SR. JOSÉ TAVARES - Para contestar essas afirmações do Deputado Rosinha de que a Bancada aqui vota como vaquinha de presépio e não sabe o que está votando.

Sua Excelência encaminha um requerimento de maneira que fere a Constituição. O requerimento tem que ser dirigido ao Secretário de Estado, até porque eu falo com conhecimento de causa porque sou da carreira, eu não teria autoridade para responder Pedido de Informações da Assembléia sem ouvir os meus superiores.

Eu tenho um Estatuto que rege os meus atos na minha corporação. Então não se trata de apenas votar como vaquinha de presépio como Vossa Excelência costuma colocar.

Sua Excelência deveria ter um pouco mais de elegância. Nós, inclusive, sabemos que o inquérito policial é público e Sua Excelência pode ir no Cartório e pegar uma fotocópia.

Desculpe-me, mas isto é demagogia, nobre Deputado, porque eu como advogado sei que qualquer processo público, inquérito ou processo que eu quiser eu vou no Cartório e requeiro uma fotocópia ou certidão das peças que eu julgar necessárias.

Portanto, vamos devagar. Não vamos brincar com a Assembléia. Não vamos transformar isto aqui num picadeiro de circo. Quem é que não quer saber de informações a respeito da morte de um menor?

A minha história mostra, por exemplo, que eu sempre fui muito zeloso a respeito de fatos como este e não tem nada de mais buscar-se uma fotocópia de inquérito policial.

É um fato corriqueiro. Agora, Sua Excelência deveria pelo menos se assessorar melhor e dirigir o requerimento de acordo com a Constituição.

Aí sim teria o meu apoio.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem) - Doutor Rosinha, citou sobre os índios.

Nos enganamos numa sessão há alguns meses atrás, rejeitando o requerimento.

Fomos à Comissão na qual o Doutor Rosinha não compareceu, ou melhor, compareceu e dois minutos após se retirou.

Pedi novamente que entrasse com o requerimento, pelo menos redigindo corretamente, que havia doze erros apenas, além de frases incorretas, e ele não retornou.

É a demagogia continua, usando das palavras fáceis e de poucas ações.

Não é verdade, Doutor Rosinha?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Quem pagou o pato foi a "vaca de presépio".

Determino ao Serviço de Taquigrafia que elimine a "vaquinha de presépio".

O SR. RAFAEL GRECA - Eu protesto, Senhor Presidente, porque as "vacas de presépio" têm bom caráter, acolheram o Nosso Senhor, deram a ele o calor na Noite da Encarnação. Eu protesto como católico em favor das "vacas de presépio".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A "vaquinha de presépio que Vossa Excelência fala é aquela que não tem sentido pejorativo, faz menção ao nosso Senhor Jesus Cristo. A outra "vaquinha" é a vaquinha da confusão.

Está rejeitado.

O SR. RAFAEL GRECA - Esta é uma afirmação que não é desabonatória, ainda para nós, os curitibanos, acostumados com o presépio mecanizado da escola normal, onde todo mundo balançava a cabeça, todo mundo sentava e levantava ao acionar o botão do presépio-mor da cidade.

Em nome da tradição de Curitiba e da tradição cristã, eu protesto: não é desabonatória a categoria classificativa de "vacas de presépio".

Fazem as "vacas" nos "presépios" mecanizados exatamente o que faz a bancada do Governo acionada pelo Senhor Pessutti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência que é um emérito orador...

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Rafael Greca, que me perdoe, também está usando de demagogia para jogar para a platéia, um homem culto, engenheiro, empresário, uma pessoa brilhante, empreiteiro, ficar se prestando a esse papel, só porque ele pensa que vai ser candidato a Prefeito de Curitiba. Isso é brincadeira.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero agradecer a homenagem do Senhor Tavares que me lança a

candidato a Prefeito de Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu vou dar a minha opinião.

A "vaquinha de presépio" do Deputado Rosinha não é a mesma "vaquinha" do Deputado Rafael Greca.

Está mantida a decisão da Mesa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós queremos nos congratular com a decisão de Vossa Excelência, invocando aquilo que muito bem conhecemos que são os direitos dos animais, tendo em vista a nossa formação de médico veterinário.

E nós entendemos que as vacas não devem ter uma utilização aquelas para as quais se prestam.

Vossa Excelência foi sábio em decidir que se invoque em vão o nome das vacas ou das vaquinhas, e isso faz parte inclusive do Código de Direito dos Animais.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas reconhecendo que o nobre Líder do Governo, efetivamente tem se mostrado um "grande veterinário" na condução dos trabalhos.

Agora, me permite Senhor Presidente, pela ordem, para eliminar essa discussão.

Humildemente esta Bancada sugere e solicita a Vossa Excelência que todos os requerimentos nossos que foram rejeitados sob o argumento de que se dirigiam à autoridade competente, ou seja, ao Secretário das respectivas Pastas, que Vossa Excelência tivesse a fineza de fazer ou de solicitar a retificação, determinando o envio aos Secretários e submetesse esses requerimentos em bloco novamente à votação.

Eu acho que aí nós teríamos a solução para esse impasse.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento das "vaquinhas" está Rejeitado.

Requerimento de nº 2135, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. ERNANI PUDELL - Nós retiramos e vamos refazer todos os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado.

Requerimento de nº 2136-A, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Paulo

Maia, constante do expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a exemplo dos demais requerimentos e este, de forma especial, nós entendemos que esse requerimento não pode ser acolhido pela Mesa Diretora dos trabalhos, tendo em vista que o Poder Legislativo não tem competência para se insurgir em assuntos de empresas privadas.

Se fosse requerimento com referência ao Banco do Estado do Paraná, nós poderíamos até aprová-lo, mas como se trata de uma empresa privada, entendemos que não procede este requerimento pedindo formação de comissão especial.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem levantada pelo Deputado Pessuti.

Deixo de receber o requerimento, porque trata-se de assunto que diz respeito a uma empresa de Direito Privado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu queria dar uma explicação ao Líder do PFL que tratou de um vocabulário um pouco pesado, que em nenhum momento eu teci críticas ao seu partido.

Simplemente pedi ao PFL que se tomasse um posicionamento contra a posição do Governador, taxando o Deputado Max Rosenmann em corrupção, porque se ele estivesse no PRN, nós tínhamos nos manifestado favorável ao Deputado, repudiando a atitude do Governador.

Quanto ao tratamento do Deputado que deu a esse Deputado, apesar de não citar nomes, nós poderíamos ter essas considerações numa próxima sessão.

A única coisa que pedi aos Deputados do PFL, principalmente àqueles que querem servir à dois "deuses" que são o Requião e o Max, que tomassem uma posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124/91, 291/91, 295/91 e 297/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 161/91, e dos Projetos e Lei nºs 187/91 e 195/91, e do Projeto de Lei Complementar 262/91 e do Projeto de Lei nº 304/91.

Levanta-se a sessão.